

# Resultado do **Tesouro Nacional**

Brasília Abril/2013



### MINISTRO DA FAZENDA

Guido Mantega

### SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Nelson Barbosa

### SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL

Arno Hugo Augustin Filho

### SUBSECRETÁRIOS

Cleber Ubiratan de Oliveira Eduardo Coutinho Guerra Gilvan da Silva Dantas Líscio Fábio de Brasil Camargo Marcus Pereira Aucélio Paulo Fontoura Valle

### COORDENADORA-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos

### **COORDENADOR DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS**

Felipe Palmeira Bardella

#### **EQUIPE**

Alexandre Bueno Damado Bruno de Sousa Simões Bruno Fabrício Ferreira da Rocha Guilherme Ceccato Janet Maria Pereira Karla de Lima Rocha Roberta Moreira da Costa Bernardi Pereira

#### Arto

Projeto Gráfico: Renato Barbosa e Karla Rocha Co-autoria do Projeto Gráfico: Alline Luz e Viviane Barros Diagramação: Renato Barbosa

**O Resultado do Tesouro Nacional** é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

### Informações:

Tel: (61) 3412-2203 Fax: (61) 3412-1700

Correio Eletrônico: cesef.df.stn@fazenda.gov.br

Home Page: http://www.tesouro.gov.br

### Ministério da Fazenda

Esplanada dos Ministérios, bloco P, anexo, 1º andar, ala B, sala 134 70048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

 $Resultado\ do\ Tesouro\ Nacional.-v.\ 19, n.\ 03\ (mar.\ 2013).-Brasília:STN,\ 1995\_.$ 

Mensal.

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional. ISSN 1519-2970

1. Finanças públicas — Periódicos. 2. Receita pública — Periódicos. 3. Despesa pública — Periódicos. 1. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional.

CDD 336.005



### Sumário

Resultado Fiscal do Governo Central5
Receitas do Tesouro Nacional
Transferências do Tesouro Nacional11
Despesas do Tesouro Nacional
Previdência Social
Dívida Líquida do Tesouro Nacional
Dívida Interna Líquida23
Dívida Externa Líquida26
Lista de Tabelas
Tabela 1 - Resultado Primário do Governo Central
Tabela 2 - Resultado do Governo Central - % PIB
Tabela 3 - Receitas Primárias do Governo Central
Tabela 4 - Dividendos pagos à União9
Tabela 5 - Receita Bruta do Tesouro Nacional - % PIB10
Tabela 6 - Transferências a Estados e Municípios11
Tabela 7 - Transferências a Estados e Municípios - % PIB
Tabela 8 - Despesas Primárias do Governo Central
Tabela 9 - Outras Despesas de Custeio e Capital - Resultado Mensal14
Tabela 10 - Outras Despesas de Custeio e Capital - Resultado Acumulado no Ano16
Tabela 11 - Subsídios e Subvenções Econômicas - Operações Oficiais de Crédito - Resultado Acumulado no Ano
Tabela 12 - Quantidade de Benefícios Emitidos LOAS - Média Acumulada no Ano17
Tabela 13 - Despesas do Tesouro Nacional - % PIB
Tabela 14 - Resultado Primário da Previdência Social
Tabela 15 - Resultado da Previdência Social - % PIB
Tabela 16 - Quantidade de Benefícios Emitidos pela Previdência Social
Tahela 17 - Divida Líquida do Tesouro Nacional



Tabela 18 - Divida Interna Líquida do Tesouro Nacional	23
Tabela 19 - Divida Mobiliária Interna do Tesouro Nacional	24
Tabela 20 - Variação da Dívida Mobiliária Interna do Tesouro Nacional	24
Tabela 21 - Haveres Internos do Tesouro Nacional	25
Tabela 22 - Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional	26
Tabela 23 - Variação da Dívida Externa do Tesouro Nacional	26
Lista de Gráficos	
Gráfico 1 - Receitas, Despesas e Resultado do Governo Central	6
Gráfico 2 - Resultado do Governo Central	6
Gráfico 3 - Receita Bruta do Tesouro Nacional - Resultado Mensal	8
Gráfico 4 - Receita Bruta do Tesouro Nacional - Resultado Acumulado no Ano	9
Gráfico 5 - Base de Cálculo Transferências Constitucionais	11
Gráfico 6 - Despesas do Tesouro Nacional - Resultado Mensal	14
Gráfico 7 - Despesas de Custeio e Capital - Resultado Mensal	14
Gráfico 8 - Despesas do Tesouro Nacional - Resultado Acumulado no Ano	15
Gráfico 9 - Despesas de Custeio e Capital - Resultado Acumulado no Ano	15
Gráfico 10 - Execução de Restos a Pagar	16
Gráfico 11 - Benefícios Emitidos da Previdência	20
Gráfico 12 - Dívida Líquida do Tesouro Nacional	22



# Resultado Fiscal do Governo Central

Em março de 2013, o resultado primário do Governo Central foi superavitário em R\$ 285,7 milhões, contra déficit de R\$ 6,6 bilhões em fevereiro de 2013. O Tesouro Nacional apresentou superávit de R\$ 5,4 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) e o Banco Central apresentaram déficit de R\$ 5,0 bilhões e R\$ 83,6 milhões, respectivamente.

R\$ Milhões

Tabela 1 - Resultado Primário do Governo Central <sup>1</sup> - Brasil - 2012 / 2013						
Discriminação do Resultado	Fev/13	Var 3 Mar/13	Variação	Jan -Mar		Variação
viscrininação do nesultado	rev/15	Mdf/ 13	%	2012	2013	%
I. RECEITA TOTAL	76.289,2	79.993,9	4,9%	263.304,1	273.452,2	3,9%
Receitas do Tesouro	54.003,8	57.119,3	5,8%	202.020,7	206.653,5	2,3%
Receitas da Previdência Social	21.915,5	22.657,1	3,4%	60.621,4	65.983,7	8,8%
Receitas do Banco Central	369,9	217,4	-41,2%	662,0	814,9	23,1%
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	21.186,5	12.394,4	-41,5%	46.099,3	49.155,6	6,6%
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	55.102,7	67.599,5	22,7%	217.204,8	224.296,5	3,3%
IV. DESPESA TOTAL	61.703,3	67.313,8	9,1%	183.359,0	204.421,7	11,5%
Despesas do Tesouro	36.012,8	39.325,4	9,2%	112.118,2	122.939,6	9,7%
Despesas da Previdência Social (Benefícios)	25.376,6	27.687,4	9,1%	70.534,8	80.650,9	14,3%
Despesas do Banco Central	313,9	301,0	-4,1%	706,0	831,2	17,7%
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB <sup>2</sup>	0,0	0,0	-	0,0	0,0	-
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV + V)	-6.600,6	285,7	-	33.845,8	19.874,8	-41,3%
Tesouro Nacional	-3.195,5	5.399,6	-	43.803,2	34.558,3	-21,1%
Previdência Social (RGPS)	-3.461,1	-5.030,3	45,3%	-9.913,3	-14.667,2	48,0%
Banco Central <sup>3</sup>	56,0	-83,6	-	-44,1	-16,3	-63,1%
VII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB				3,28%	1,76%	

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

As receitas do Governo Central apresentaram aumento de R\$ 3,7 bilhões (4,9%), passando de R\$ 76,3 bilhões em fevereiro para R\$ 80,0 bilhões em março de 2013. Esse comportamento decorreu dos acréscimos de R\$ 2,3 bilhões (8,8%) na arrecadação de impostos, de R\$ 1,1 bilhão (18,3%) nas demais receitas e de R\$ 940,7 milhões (4,1%) nas receitas de contribuições.

As despesas apresentaram aumento de R\$ 5,6 bilhões (9,1%) no comparativo entre fevereiro e março de 2013. Observaram-se aumentos de R\$ 3,3 bilhões (9,2%) nas despesas do Tesouro Nacional e de R\$ 2,3 bilhões (9,1%) nas despesas da Previdência Social.

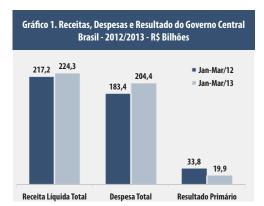
O resultado primário do Governo Central, em março de 2013, foi superavitário em R\$ 285,7 milhões, contra déficit de R\$ 6,6 bilhões, em fevereiro de 2013.

<sup>1.</sup> Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. A partir de 01/03/2012, inclui recurso de complementação do FGTS e despesas realizadas com recursos dessa contribuição, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

<sup>2.</sup> Em 2008 corresponde à despesa de integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008, na MP nº 452/2008 e no Decreto nº 6.713/2008. Em 2012 corresponde à receita proveniente do resgate de cotas do Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na Resolução CDFSB nº 9/2012.

<sup>3.</sup> Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).







No acumulado do ano, o superávit primário do Governo Central foi de R\$ 19.9 bilhões. Em relação ao primeiro trimestre de 2012, houve queda de R\$ 14,0 bilhões (41,3%) no superávit apurado. Esse comportamento reflete a redução de R\$ 9,2 bilhões (21,1%) no superávit do Tesouro Nacional, aumento de R\$ 4,8 bilhões (48,0%) no déficit da Previdência Social e redução de R\$ 27,8 milhões (63,1%) no déficit do Banco Central.

As receitas do Governo Central apresentaram crescimento de R\$ 10,1 bilhões (3,9%) quando comparadas com o primeiro trimestre de 2012. Esse aumento é explicado, principalmente, pelo crescimento na arrecadação de impostos (sobretudo em função do crescimento de R\$ 2,3 bilhões na receita de IRPJ), de contribuições (acréscimo de R\$ 4,9 bilhões na Cofins e de R\$ 515,2 milhões na CSLL), das receitas diretamente arrecadadas (crescimento de R\$ 1,0 bilhão) e da cota parte de compensações financeiras (acréscimo de R\$ 811,1 milhões). Por outro lado, houve redução de R\$ 1,2 bilhão na arrecadação da CIDE.

As transferências a Estados e Municípios apresentaram aumento de R\$ 3,1 bilhões (6,6%) quando comparadas com o primeiro trimestre de 2012, em virtude, principalmente, do crescimento de R\$ 3,5 bilhões (10,2%) observado nas transferências constitucionais e da diminuição de R\$ 589,3 milhões (24,5%) nas transferências do Fundeb.

Relativamente ao primeiro trimestre de 2012, as despesas do Governo Central cresceram R\$ 21,1 bilhões (11,5%), destacando-se os incrementos de R\$ 8,9 bilhões (13,3%) nas despesas de Custeio e Capital e de R\$ 10,1 bilhões (14,3%) nas despesas da Previdência Social.

		% PIB				
Tabela 2 - Resultado do Governo Central - Brasil - 2012 / 2013						
Jan -Mar						
Discriminação	2012	2013				
GOVERNO CENTRAL	3,28%	1,76%				
Tesouro Nacional	4,24%	3,06%				
Previdência Social	-0,96%	-1,30%				
Banco Central	0,00%	0,00%				

Fonte: Tesouro Nacional Obs.: Dados sujeitos a alteração.



# **Receitas do** Tesouro Nacional

R\$ Milhões

Tabela 3 - Receitas Primárias do Governo Central <sup>1</sup> - Brasil - 2012 / 2013							
Discriminação do Resultado	Fev/13	Mar/13	Variação %	Jan -	Mar	Variação %	
3.0000000000000000000000000000000000000	15.7.15	, 15		2012	2013	7.00	
I. RECEITA TOTAL	76.289,2	79.993,9	4,9%	263.304,1	273.452,2	3,9%	
I.1. Receitas do Tesouro	54.003,8	57.119,3	5,8%	202.020,7	206.653,5	2,3%	
Receita Bruta <sup>2</sup>	54.763,7	59.054,7	7,8%	203.835,7	209.764,1	2,9%	
Impostos	25.775,7	28.050,1	8,8%	98.183,7	101.641,8	3,5%	
IR	17.846,6	19.445,3	9,0%	71.575,9	75.431,6	5,4%	
IPI	3.080,1	3.420,0	11,0%	11.671,9	10.961,3	-6,1%	
Outros	4.848,9	5.184,8	6,9%	14.935,9	15.248,8	2,1%	
Contribuições	23.117,3	24.058,0	4,1%	77.052,3	83.828,5	8,8%	
Cofins	13.263,1	14.131,0	6,5%	39.977,7	44.881,2	12,3%	
CSLL	4.108,2	4.043,5	-1,6%	18.998,7	19.513,9	2,7%	
Pis/Pasep	3.663,7	3.895,1	6,3%	11.015,1	12.191,9	10,7%	
CIDE-Combustíveis	0,9	0,8	-12,5%	1.250,9	2,5	-99,8%	
Outras	2.081,4	1.987,6	-4,5%	5.809,9	7.239,0	24,6%	
Demais	5.870,7	6.946,5	18,3%	28.599,7	24.293,9	-15,1%	
Cota parte de compensações financeiras	1.882,3	1.547,9	-17,8%	8.728,8	9.539,9	9,3%	
Diretamente arrecadadas	2.695,5	3.087,5	14,5%	8.764,8	9.772,4	11,5%	
Concessões	14,5	10,5	-27,3%	348,5	303,2	-13,0%	
Dividendos	0,0	767,3	-	4.965,1	767,4	-84,5%	
Outras	1.278,4	1.533,3	19,9%	5.792,5	3.911,0	-32,5%	
(-) Restituições	-760,0	-1.935,3	154,7%	-1.783,2	-3.105,1	74,1%	
(-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	-	-31,8	-5,4	-83,0%	
I.2. Receitas da Previdência Social <sup>3</sup>	21.915,5	22.657,1	3,4%	60.621,4	65.983,7	8,8%	
Receitas da Previdência Social - Urbano	21.510,2	22.173,6	3,1%	59.444,9	64.674,7	8,8%	
Receitas da Previdência Social - Rural	405,3	483,5	19,3%	1.176,5	1.309,0	11,3%	
I.3. Receitas do Banco Central	369,9	217,4	-41,2%	662,0	814,9	23,1%	

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

A Receita Bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento de 7,8% relativamente ao mês anterior.

<sup>1.</sup> Apurado pelo conceito de "caixa", que corresponde ao ingresso efetivo na Conta Única. A partir de 01/03/2012, inclui recursos de complementação do FGTS, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

<sup>2.</sup> Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

<sup>3.</sup> Fonte: Ministério da Previdência Social. A Apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.



### **Receitas do Tesouro Nacional**

### Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior

A receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento de R\$ 4,3 bilhões (7,8%), passando de R\$ 54,8 bilhões, em fevereiro, para R\$ 59,1 bilhões, em março de 2013. Este comportamento é explicado, principalmente, pelo aumento de R\$ 2,3 bilhões (8,8%) em impostos, de R\$ 940,7 milhões (4,1%) em contribuições e de R\$ 1,1 bilhão (18,3%) em demais receitas.

Em março, as receitas de impostos federais totalizaram R\$ 28,1 bilhões e as de contribuições R\$ 24,1 bilhões, apresentando em seu conjunto um crescimento de R\$ 3,2 bilhões (6,6%) em relação aos valores apurados em fevereiro. Essa evolução reflete, sobretudo:



i) incremento de R\$ 867,9 milhões (6,5%) na arrecadação da Cofins;

ii) aumento de R\$ 771,9 milhões (13,4%) na arrecadação do Imposto de Renda Retido na Fonte – Rendimentos do Trabalho, influenciado pelo pagamento de valores de participação nos lucros ou resultados, realizado por empresas do setor financeiro no mês de fevereiro, com reflexo em março;

iii) incremento de R\$ 681,5 milhões (8,9%) e redução de R\$ 64,6 milhões (1,6%) na arrecadação de IRPJ e CSLL, respectivamente, influenciados pelo encerramento, em março, do prazo legal para pagamento do saldo do IRPJ e da CSLL referente à Declaração de Ajuste relativa a 2012 e pela redução na arrecadação relativa ao ajuste anual e estimativa mensal, em especial, referente ao setor financeiro; e

iv) crescimento de R\$ 428,7 milhões (17,9%) na arrecadação do Imposto de Importação.

As demais receitas do Tesouro Nacional registraram aumento de R\$ 1,1 bilhão (18,3%), tendo sido influenciadas, especialmente, pelas seguintes variações:

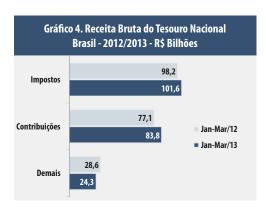
- i) crescimento de R\$ 767,3 milhões em dividendos; e
- ii) aumento de R\$ 392,0 milhões em receitas diretamente arrecadadas.



### **Receitas do Tesouro Nacional**

### Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Ano Anterior

Na comparação com o primeiro trimestre de 2012, a receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento de R\$ 5,9 bilhões (2,9%), passando de R\$ 203,8 bilhões para R\$ 209,8 bilhões. Esse comportamento deveu-se, em grande medida, ao desempenho dos principais indicadores macroeconômicos que influenciam a arrecadação de tributos, como a produção industrial, o volume geral de vendas e a massa salarial, bem como o impacto das desonerações tributárias.



As variações na arrecadação de impostos e contribuições decorreram, principalmente, dos seguintes fatores:

i) incremento de R\$ 4,9 bilhões (12,3%) na Cofins e de R\$ 1,2 bilhão (10,7%) no PIS/Pasep, devido, sobretudo, ao: a) crescimento de 4,4% do volume de vendas de dezembro de 2012 a fevereiro de 2013 em relação a dezembro de 2011 e fevereiro de 2012

(PMC-IBGE); b) ao aumento na arrecadação do PIS/Cofins das importações; e c) ao aumento no recolhimento de acréscimos legais.

ii) crescimento de R\$ 2,3 bilhões (6,4%) no IRPJ e de R\$ 515,2 milhões (2,7%) na CSLL, explicado, sobretudo, pelo pagamento, em janeiro, da primeira cota ou cota única do IRPJ e da CSLL relativa ao resultado apurado no último trimestre do ano anterior e pela antecipação de pagamentos, em janeiro de 2013, do ajuste anual do IRPJ/CSLL referente ao lucro obtido em 2012; e

		R\$ Milhões				
Tabela 4 - Dividendos Pagos à União - Brasil - 2012 / 2013						
Diaminaina alla	Jan -Mar					
Discriminação	2012	2013				
Banco do Brasil	710,0	764,9				
BNB	0,0	0,0				
BNDES	3.500,0	0,0				
Caixa	0,0	0,0				
Correios	0,0	0,0				
Eletrobras	0,0	0,0				
IRB	0,0	0,0				
Petrobras	673,7	0,0				
Demais	81,3	2,5				
Total	4.965,1	767,4				
Fonte: Tesouro Nacional						

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

iii) crescimento de R\$ 1,3 bilhão (18,3%) no imposto de importação, explicado, sobretudo, pela elevação de 2,9% no valor em dólar das importações, de 12,9% na taxa média de câmbio e de 1,2% na alíquota média efetiva do Imposto de Importação.

O conjunto das demais receitas do Tesouro Nacional apresentou redução de R\$ 4,3 bilhões (15,1%), em relação ao primeiro trimestre de 2012, decorrente, principalmente da diminuição de R\$ 4,2 bilhões na rubrica de dividendos.

Na comparação entre o primeiro trimestre de 2012 e 2013 houve aumento de R\$ 2,3 bilhões e de R\$ 515,2 milhões na arrecadação do IRPJ e da CSLL, respectivamente.



% PIB

Tabela 5 - Receita Bruta do Tesouro Nacional - Brasil - 2012 / 2013					
Discolusion of	Jan -Mar				
Discriminação	2012	2013			
RECEITA BRUTA <sup>1</sup>	19,73%	18,57%			
Impostos	9,50%	9,00%			
IR	6,93%	6,68%			
IPI	1,13%	0,97%			
Outros	1,45%	1,35%			
Contribuições	7,46%	7,42%			
Cofins	3,87%	3,97%			
CSLL	1,84%	1,73%			
Pis/Pasep	1,07%	1,08%			
CIDE-Combustíveis	0,12%	0,00%			
Outras	0,56%	0,64%			
Demais	2,77%	2,15%			
Cota parte de compensações financeiras	0,84%	0,84%			
Diretamente arrecadadas	0,85%	0,87%			
Concessões	0,03%	0,03%			
Dividendos	0,48%	0,07%			
Outras	0,56%	0,35%			

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração. 1. Os valores referentes a retenção na fonte e Refis foram distribuídos nos respectivos tributos.



# **Transferências do** Tesouro Nacional

R\$ Milhões

Tabela 6 - Transferências a Estados e Municípios - Brasil - 2012 / 2013							
Discriminação do Resultado	inacão do Resultado Jan/13 Mar/13 Variação %		Jan-Mar		Variação %		
Distriminação do nesditado	Juli/ 13	Mai/ 13	Mai/13 Vallação /0	2012	2013	variação /0	
TRANSFERÊNCIAS TOTAL	21.186,5	12.394,4	-41,5%	46.099,3	49.155,6	6,6%	
Transferências Constitucionais	16.303,4	9.491,5	-41,8%	34.569,9	38.098,6	10,2%	
Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002 <sup>1</sup>	0,0	0,0	-	487,5	0,0	-	
Transferências da Cide - Combustíveis	0,0	0,0	-	447,9	1,7	-99,6%	
Demais Transferências	4.883,1	2.902,9	-40,6%	10.594,0	11.055,3	4,4%	
Salário Educação	1.288,2	780,5	-39,4%	2.450,5	2.808,6	14,6%	
Royalties	3.579,0	1.425,3	-60,2%	5.655,2	6.351,3	12,3%	
Fundef/Fundeb	0,0	682,9	-	2.402,5	1.813,3	-24,5%	
Outras	16,6	14,2	-14,5%	85,8	82,2	-4,2%	

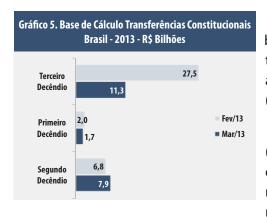
Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

### Transferências do Tesouro Nacional

### Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior

Em março de 2013, as transferências a Estados e Municípios apresentaram redução de R\$ 8,8 bilhões (41,5%), totalizando R\$ 12,4 bilhões, contra R\$ 21,2 bilhões no mês anterior. Esse comportamento resulta de:



- i) diminuição de R\$ 6,9 bilhões (41,8%) frente a fevereiro nas transferências constitucionais, reflexo da arrecadação dos tributos compartilhados (IR e IPI); e
- ii) redução de R\$ 2,2 bilhões (60,2%) nas transferências de royalties de petróleo, instituídas pela Lei nº 9.478/1997, em decorrência do repasse sazonal, efetuado em fevereiro,

de recursos provenientes de participação especial pela exploração de petróleo e gás natural, sem contrapartida em março.

As transferências a Estados e Municípios apresentaram decréscimo de R\$ 8,8 bilhões (41,5%) em março de 2013, frente ao mês anterior, devido a fatores sazonais.

<sup>1.</sup> Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).



### Transferências do Tesouro Nacional

### Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Ano Anterior

No comparativo com o primeiro trimestre de 2012, as transferências a Estados e Municípios apresentaram, em seu conjunto, aumento de R\$ 3,1 bilhões (6,6%), elevando-se de R\$ 46,1 bilhões em 2012 para R\$ 49,2 bilhões em 2013. As principais variações no período foram:

- i) aumento de R\$ 3,5 bilhões (10,2%) nas transferências constitucionais (IR, IPI e outras), reflexo da maior arrecadação das receitas compartilhadas (IR e IPI);
  - ii) crescimento de R\$ 696,1 milhões (12,3%) nas transferências de royalties; e
- i) redução de R\$ 589,3 milhões (24,5%) nas transferências relativas ao Fundeb, em conformidade com o calendário de execução estabelecido pela Portaria Interministerial nº 1.496/2012.

Em relação ao primeiro trimestre de 2012, as transferências apresentaram crescimento de R\$ 3,1 bilhões (6,6%).

% PIB

Tabela 7 - Transferências a Estados e Municípios - Brasil - 2012 / 2013							
Dia minoine a são	Jan-Mar						
Discriminação	2012	2013					
TRANSFERÊNCIAS TOTAL	4,46%	4,35%					
Transferências Constitucionais	3,35%	3,37%					
Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002 <sup>1</sup>	0,05%	0,00%					
Transferências da Cide - Combustíveis	0,04%	0,00%					
Demais Transferências	1,03%	0,98%					

Fonte: Tesouro Nacional

<sup>1.</sup> Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).



# **Despesas do** Tesouro Nacional

R\$ Milhões

Tabela 8 - Despesas Primárias do Governo Central <sup>1</sup> - Brasil - 2012 / 2013						
Discuiminação do Docultado	Fev/13	Fev/13 Mar/13 Variação %		Jan-	Mar	Variação 0/
Discriminação do Resultado	rev/15	Mdf/ 13	Variação %	2012	2013	Variação %
I. DESPESA TOTAL	61.703,3	67.313,8	9,1%	183.359,0	204.421,7	11,5%
I.1. Despesas do Tesouro	36.012,8	39.325,4	9,2%	112.118,2	122.939,6	9,7%
Pessoal e Encargos Sociais <sup>2</sup>	14.920,2	14.847,9	-0,5%	44.429,7	46.279,7	4,2%
Custeio e Capital	20.746,5	24.287,9	17,1%	67.151,3	76.087,8	13,3%
Despesa do FAT	2.396,9	2.598,4	8,4%	6.658,4	8.569,1	28,7%
Subsídios e Subvenções Econômicas <sup>3</sup>	828,9	1.176,8	42,0%	4.290,8	2.869,4	-33,1%
Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV) <sup>4</sup>	2.751,7	2.448,0	-11,0%	7.167,8	8.141,7	13,6%
Capitalização da Petrobras	0,0	0,0	-	0,0	0,0	-
Outras Despesas de Custeio e Capital	14.769,0	18.064,6	22,3%	49.034,3	56.507,6	15,2%
Outras Despesas de Custeio	12.063,4	13.561,9	12,4%	33.363,0	39.677,6	18,9%
Outras Despesas de Capital <sup>5</sup>	2.705,6	4.502,7	66,4%	15.671,2	16.830,0	7,4%
Transferência do Tesouro ao Banco Central	346,2	189,5	-45,2%	537,2	572,1	6,5%
I.2. Despesas da Previdência Social (Benefícios) <sup>6</sup>	25.376,6	27.687,4	9,1%	70.534,8	80.650,9	14,3%
Benefícios Previdenciários - Urbano	19.881,7	21.694,9	9,1%	54.569,7	62.645,6	14,8%
Benefícios Previdenciários - Rural	5.494,9	5.992,5	9,1%	15.965,1	18.005,3	12,8%
I.3. Despesas do Banco Central	313,9	301,0	-4,1%	706,0	831,2	17,7%

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

### **Despesas do Tesouro Nacional**

### Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior

Em março, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 39,3 bilhões, representando um acréscimo de R\$ 3,3 bilhões (9,2%) em relação a fevereiro de 2013. Esse comportamento decorreu principalmente do aumento de R\$ 3,5 bilhões (17,1%) nas despesas de Custeio e Capital e redução de R\$ 72,2 milhões (0,5%) nas despesas de Pessoal e Encargos Sociais.

<sup>1.</sup> Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. A partir de 01/03/2012, inclui despesas realizadas com recursos da complementação do FGTS, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

<sup>2.</sup> Exclui a parcela patronal da CPSS do servidor público federal.

<sup>3.</sup> Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

<sup>4.</sup> Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.

<sup>5.</sup> Inclui despesas do Programa Minha Casa Minha Vida, conforme Lei n° 12.693/2012.

<sup>6.</sup> Fonte: Ministério da Previdência Social. A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.







As despesas de Pessoal e Encargos apresentaram redução de 0,5% em relação ao mês anterior. O aumento nas despesas de custeio e capital deve-se, sobretudo, aos seguintes fatores:

i) aumento de R\$ 3,3 (22,3%)bilhões em Outras Despesas de Custeio e Capital, concentradas principalmente na maior execução das despesas discricionárias, dentre as quais se destacam maiores desembolsos dos Ministérios da Educação (R\$ 802,8 milhões), da Defesa (R\$ 637.8 milhões) e da Saúde (R\$ 389,4 milhões). Adicionalmente, houve aumento de R\$ 410,3 milhões (83,6%) despesas com créditos extraordinários:

ii) aumento de R\$ 347,9
 milhões (42,0%) nos dispêndios
 com Subsídios e Subvenções
 Econômicas.

As despesas de Pessoal e Encargos Sociais totalizaram R\$ 14,8 bilhões em março frente a R\$ 14,9 bilhões no mês anterior, apresentando redução de R\$ 72,2 milhões (0,5%).

			R\$ Milhões					
Tabela 9 - Outras Despesas de Custeio e Capital - Brasil - 2013								
Discriminação	Fev/13	Mar/13	Variação %					
Precatórios e Sentenças	35,7	52,0	45,6%					
Legislativo	95,9	133,5	39,2%					
Judiciário	495,2	546,9	10,4%					
Crédito Extraordinário 1	490,9	901,2	83,6%					
PAC <sup>2</sup>	1.979,8	2.134,9	7,8%					
Outras <sup>3</sup>	155,5	128,3	-17,5%					
Compensação RGPS <sup>4</sup>	0,0	0,0	-					
Discricionárias	11.515,9	14.167,7	23,0%					
Min. da Saúde	5.754,3	6.143,7	6,8%					
Min. do Des. Social	2.040,0	2.142,9	5,0%					
Min. da Educação	1.231,9	2.034,6	65,2%					
Min. da Defesa	576,8	1.214,6	110,6%					
Min. da Ciência e Tec.	283,1	470,7	66,3%					
Min. do Des. Agrário	120,6	246,2	104,2%					
Min. da Justiça	200,2	198,8	-0,7%					
Min. da Previdência	133,9	168,2	25,6%					
Min. dos Transportes	75,2	70,6	-6,1%					
Min. das Cidades	148,3	95,4	-35,7%					
Demais	951,7	1.382,0	45,2%					
Total	14.769,0	18.064,6	22,3%					

Fonte: Tesouro Nacional

- 1. Exclui crédito extraordinário relativo ao Programa de Aceleração do Crescimento.
- 2. Corresponde à despesa do PAC passível de reduzir a meta de superávit primário.
- Inclui subvenções econômicas, benefícios de leg. especial, transferências ANA, fundos de desenvolvimento ADA/ADENE, doações, anistiados, convênios, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.
- 4. Despesa correspondente à compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) em função da desoneração da folha de pagamentos, conforme previsto na Lei nº 12.715/2012.



### **Despesas do Tesouro Nacional**

### Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Ano Anterior

As despesas do Tesouro Nacional apresentaram aumento de R\$ 10,8 bilhões (9,7%) em relação ao acumulado no mesmo período de 2012, destacando-se as variações de R\$ 8,9 bilhões (13,3%) nas Despesas de Custeio e Capital e de R\$ 1,8 bilhão (4,2%) nos gastos com Pessoal e Encargos Sociais. Cumpre destacar que, em percentual do PIB, houve decréscimo de 0,2 p.p. do PIB nas despesas de pessoal.





Em comparação com o primeiro trimestre de 2012, os gastos com investimentos do PAC apresentaram incremento de R\$ 951,4 milhões (10,7%).

O aumento de R\$ 8,9 bilhões observados nos gastos com Custeio e Capital, quando comparado ao acumulado no mesmo período de 2012, pode ser explicado por:

- i) crescimento de R\$ 7,5 bilhões (15,2%) nas Outras Despesas de Custeio e Capital. As variações mais significativas foram: a) aumento de R\$ 5,5 bilhões (15,4%) nas despesas discricionárias; b) aumento de R\$ 1,9 bilhão (360,0%) nos desembolsos relativos a créditos extraordinários; e c) crescimento de R\$ 951,4 milhões (10,7%) nas despesas do PAC. Nas despesas discricionárias, as maiores variações foram observadas nos gastos do Ministério da Saúde, com aumento de R\$ 2,0 bilhões (12,8%); do Ministério do Desenvolvimento Social, com aumento de R\$ 1,3 bilhão (23,7%); e do Ministério da Educação, com incremento de R\$ 593,1 milhões (11,4%);
- ii) aumento de R\$ 1,9 bilhão (28,7%) nas despesas do FAT, justificado principalmente pelo reajuste de 8,8% no valor do benefício do Seguro Desemprego (Resolução Codefat n° 695/2012 e n° 707/2013);
- iii) redução de R\$ 1,4 bilhão (33,1%) nos dispêndios com Subsídios e Subvenções Econômicas, em relação ao acumulado em 2012, alcançando R\$ 2,9 bilhões. Este resultado decorreu da execução dos seguintes Programas: a) Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar Pronaf (redução de R\$ 757,6 milhões); b) Custeio Agropecuário (redução de R\$ 491,0 milhões); c) Programa Especial de Saneamento de Ativos Pesa (aumento de R\$ 370,9 milhões); e d) Programa de Aquisição do Governo Federal AGF (redução de R\$ 248,8 milhões); e
- iv) incremento de R\$ 973,9 milhões (13,6%) nos gastos com benefícios assistenciais (LOAS/RMV), em relação ao mesmo período de 2012. Essa variação





Em comparação com o primeiro trimestre de 2012, as despesas com pessoal e encargos sociais reduziram 0,2 p.p. do PIB, atingindo 4,10% em 2013, ante 4,30% em 2012. é explicada pelo aumento de 4,9% na quantidade de benefícios emitidos e pelos reajustes de 14,1% e de 8,8% do salário mínimo nos anos de 2012 e 2013, respectivamente.

Os dispêndios com a folha salarial registraram decréscimo de 0,2 p.p do PIB, passando de 4,30% em março de 2012 para 4,10% do PIB em 2013. Em termos nominais, houve crescimento R\$ 1,8 bilhão (4,2%), passando de R\$ 44,4 bilhões em 2012, para R\$ 46,3 bilhões em 2013. Cumpre destacar que houve aumento de R\$ 161,1 milhões no pagamento de precatórios sentenças judiciais pessoal em relação ao mesmo período do ano anterior.

O montante de 2. Corresponde à 2. Corresponde à 3. Inclui subven des envolviments constitucional de Programação Orçamentária e Financeira, relativos a

custeio e investimento, exceto Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), correspondeu a R\$ 11,1 bilhões. Do total dos RP pagos, a execução concentrou-se, principalmente, nos Ministérios da Saúde (R\$ 2,9 bilhões), da Educação (R\$ 2,7 bilhões) e da Defesa (R\$ 1,1 bilhão).

Tabela 10 - Outras Despesas de Custeio e Capital - Brasil - 2012/2013							
Diaminina sã a	Jan-	Jan-Mar					
Discriminação	2012	2013	Variação %				
Precatórios e Sentenças	111,5	174,2	56,3%				
Legislativo	336,7	329,2	-2,2%				
Judiciário	1.585,3	1.610,2	1,6%				
Crédito Extraordinário 1	519,6	2.390,0	360,0%				
PAC <sup>2</sup>	8.904,2	9.855,5	10,7%				
Outras <sup>3</sup>	1.573,5	594,9	-62,2%				
Compensação RGPS <sup>4</sup>	0,0	0,0	-				
Discricionárias	36.003,6	41.553,5	15,4%				
Min. da Saúde	15.591,4	17.586,6	12,8%				
Min. do Des. Social	5.561,9	6.879,7	23,7%				
Min. da Educação	5.189,6	5.782,7	11,4%				
Min. da Defesa	2.718,6	2.542,8	-6,5%				
Min. da Ciência e Tec.	892,9	1.073,1	20,2%				
Min. do Des. Agrário	313,0	464,1	48,3%				
Min. da Justiça	525,6	793,5	51,0%				
Min. da Previdência	388,6	564,8	45,3%				
Min. dos Transportes	300,7	320,5	6,6%				
Min. das Cidades	185,2	457,8	147,1%				
Demais	4.336,1	5.088,0	17,3%				
Total Fonte: Tesouro Nacional	49.034,3	56.507,6	15,2%				

Fonte: Tesouro Nacional

- 1. Exclui crédito extraordinário relativo ao Programa de Aceleração do Crescimento.
- 2. Corresponde à despesa do PAC passível de reduzir a meta de superávit primário.
- restos a pagar (RP) pagos 3. Inclui subvenções econômicas, benefícios de leg. especial, transferências ANA, fundos de desenvolvimento ADA/ADENE, doações, anistiados, convênios, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.
  - 4. Despesa correspondente à compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) em função da desoneração da folha de pagamentos, conforme previsto na Lei nº 12.715/2012.





R\$ Milhões

	Tabela 11 - Subsídios e Subvenções Econômicas Operações Oficiais de Crédito - Brasil - 2012/2013						
Disminstration	Jan -Mar						
Discriminação	2012	2013					
Agricultura	2.970,9	1.648,3					
Custeio Agropecuário	539,9	48,9					
Investimento Rural	62,4	-2,9					
Preços Agrícolas	599,3	291,6					
EGF	80,6	11,7					
AGF	408,7	159,9					
Sustent. de preços	110,0	120,0					
Pronaf	1.614,7	857,1					
Pesa	44,6	415,5					
Álcool	0,7	0,0					
Cacau	0,4	0,0					
Fundo da Terra/Incra	31,8	5,0					
Funcafé	26,6	28,5					
Revitaliza	50,5	4,6					
Outros	348,3	325,3					
PSI	240,0	32,3					
Op. Microcredito (EQMPO)	70,5	72,1					
Op. Microcredito (EQPCD)	0,0	0,1					
FND	-15,7	0,0					
Exportação (Proex)	-10,3	117,5					
Itaipu <sup>1</sup>	63,9	103,3					
Total	3.319,2	1.973,6					
Fonte: Tesouro Nacional							

Fonte: Tesouro Nacional Obs.: Dados sujeitos a alteração.

R\$ Milhões

Tabela 12- Quantidade de Benefícios Emitidos LOAS - Média Acumulada no Ano Brasil - 2007 /2013										
	Total LOAS	Variação em relação à média do ano anterior	Idosos	Variação em relação à média do ano anterior	Portadores de Necessidades Especiais	Variação em relação à média do ano anterior				
média 2007	2.575.467,0	7,8%	1.239.649,3	9,5%	1.335.817,8	6,3%				
média 2008	2.810.538,0	9,1%	1.360.235,3	9,7%	1.450.302,8	8,6%				
média 2009	3.052.295,3	8,6%	1.487.566,1	9,4%	1.564.729,2	7,9%				
média 2010	3.290.375,3	7,8%	1.583.853,0	6,5%	1.706.522,3	9,1%				
média 2011	3.506.563,7	6,6%	1.658.459,3	4,7%	1.848.104,3	8,3%				
média 2012	3.683.282,7	5,0%	1.717.885,8	3,6%	1.965.396,9	6,3%				
Mar/07	2.500.220,0	-	1.197.257,3	-	1.302.962,7	-				
Mar/08	2.716.609,0	8,7%	1.312.881,3	9,7%	1.403.727,7	7,7%				
Mar/09	2.971.965,3	9,4%	1.442.940,0	9,9%	1.529.025,3	8,9%				
Mar/10	3.198.160,7	7,6%	1.551.103,0	7,5%	1.647.057,7	7,7%				
Mar/11	3.430.773,3	7,3%	1.633.224,3	5,3%	1.797.549,0	9,1%				
Mar/12	3.616.705,0	5,4%	1.694.820,0	3,8%	1.921.885,0	6,9%				
Mar/13	3.794.188,3	4,9%	1.758.064,0	3,7%	2.036.124,3	5,9%				

Fonte: Tesouro Nacional Obs.: Dados sujeitos a alteração.



% PIB

Tabela 13 - Despesas do Tesouro Nacional - Brasil - 2012 / 2013								
Disariminação	Jan -Mar							
Discriminação -	2012	2013						
DESPESAS DO TESOURO NACIONAL	10,85%	10,88%						
Pessoal e Encargos Social	4,30%	4,10%						
Custeio e Capital	6,50%	6,74%						
Despesas do FAT	0,64%	0,76%						
Subsídios e Subvenções <sup>1</sup>	0,42%	0,25%						
LOAS/RMV	0,69%	0,72%						
Outras	4,75%	5,00%						
Transferências ao Bacen	0,05%	0,05%						

O,0370

Conte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.



# **Previdência** Social

R\$ Milhões

T.	- Brasil - 2012 / 20					
Discuiminação do Docultado	Fev/12	Mar/13	Variação (/	Jan-	Mar	Variação 0/
Discriminação do Resultado	rev/ 12	Mar/ 15	Variação %	2012	2013	Variação %
I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	21.915,5	22.657,1	3,4%	60.621,4	65.983,7	8,8%
Arrecadação Bruta	24.506,7	25.167,5	2,7%	69.099,2	75.319,2	9,0%
Contribuição Previdenciária	22.105,0	22.493,2	1,8%	62.236,0	67.448,2	8,4%
Simples	2.179,0	2.298,4	5,5%	6.332,0	7.110,7	12,3%
CFT	7,0	12,7	81,8%	60,0	40,0	-33,3%
Depósitos Judiciais	206,9	356,3	72,2%	441,3	695,5	57,6%
Refis	8,8	6,9	-20,9%	29,9	24,9	-16,8%
Compensação RGPS <sup>1</sup>	0,0	0,0	-	0,0	0,0	-
(-) Restituição/Devolução	-34,4	-38,5	12,0%	-290,6	-115,8	-60,1%
(-) Transferências a Terceiros	-2.556,7	-2.471,9	-3,3%	-8.187,1	-9.219,6	12,6%
II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	25.376,6	27.687,4	9,1%	70.534,8	80.650,9	14,3%
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-3.461,1	-5.030,3	45,3%	-9.913,3	-14.667,2	48,0%
IV. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB				-0,96%	-1,30%	

Em março de 2013, a Previdência Social registrou déficit de R\$ 5,0 bilhões contra déficit de R\$ 3,5 bilhões em fevereiro de 2013.

Fonte: Ministério da Previdência Social

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

### **Previdência Social**

### Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior

Em março de 2013, o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) registrou déficit de R\$ 5,0 bilhões, contra um déficit de R\$ 3,5 bilhões em fevereiro. Os principais fatores que contribuíram para este resultado foram:

- i) aumento de R\$ 741,6 milhões (3,4%) na arrecadação líquida frente aos ingressos líquidos de fevereiro; e
- ii) aumento de R\$ 2,3 bilhões (9,1%) nas despesas com benefícios frente a fevereiro.

Em março de 2013, foi paga a primeira parcela, no valor de R\$ 1,1 bilhão, de passivo previdenciário decorrente da revisão de cálculo de benefícios por incapacidade, concedidos a partir de 1999. Tal revisão foi prevista em acordo celebrado pelo INSS no âmbito de ação civil pública.

O resultado do RGPS no mês foi impactado pelo pagamento de passivo previdenciário no valor de R\$ 1,1 bilhão.

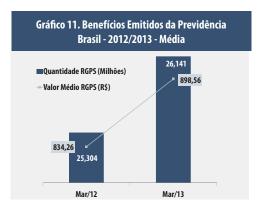
<sup>1</sup> Receita correspondente à compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) em função da desoneração da folha de pagamentos, conforme previsto na Lei nº 12.715/2012.



### Previdência Social

### Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Ano Anterior

Em relação ao acumulado do primeiro trimestre do ano, o déficit previdenciário passou de 0,96% para 1,30% do PIB. Em termos nominais, o aumento registrado no déficit foi de R\$ 4,8 bilhões (48,0%). A arrecadação líquida apresentou aumento de R\$ 5,4 bilhões (8,8%). Isso se deve ao crescimento de 11,3% da massa salarial, calculada para o período entre dezembro de 2012 a fevereiro de 2013, comparativamente ao mesmo período do ano anterior, que repercute nas contribuições sobre a folha de pagamento.



As despesas com benefícios apresentaram aumento de R\$ 10,1 bilhões (14,3%) comparativamente ao primeiro trimestre de 2012 devido, principalmente, aos seguintes fatores:

i) aumento de R\$ 64,30 (7,7%) no valor médio dos benefícios pagos pela Previdência, como consequência do reajuste do salário mínimo e do aumento dos benefícios com valores acima do piso;

e

ii) elevação de 837,6 mil (3,3%) na quantidade mensal de benefícios pagos.

No estoque de benefícios de 2013, comparado ao de 2012, destacam-se os aumentos de 1,8 milhão de aposentadorias (3,6%), de 519,3 mil pensões por morte (2,5%) e de 160,1 mil benefícios de auxílio-doença (3,8%).

Tabela 15 - Resultado da Previdência Social - Brasil - 2012 / 2013									
	R\$ A	Milhões		% PIB					
Discriminação	Jai	n -Mar	Variação %	Jan -	-Mar				
	2012	2013		2012	2013				
CONTRIBUIÇÃO	60.621,4	65.983,7	8,8%	5,87%	5,84%				
Urbano	59.444,9	64.674,7	8,8%	5,75%	5,73%				
Rural	1.176,5	1.309,0	11,3%	0,11%	0,12%				
BENEFÍCIOS	70.534,8	80.650,9	14,3%	6,83%	7,14%				
Urbano	54.569,7	62.645,6	14,8%	5,28%	5,55%				
Rural	15.965,1	18.005,3	12,8%	1,54%	1,59%				
RESULTADO PRIMÁRIO	-9.913,3	-14.667,2	48,0%	-0,96%	-1,30%				
Urbano	4.875,2	2.029,1	-58,4%	0,47%	0,18%				
Rural	-14.788,6	-16.696,3	12,9%	-1,43%	-1,48%				

Fonte: Ministério da Previdência Social

Obs.1: Dados sujeitos a alteração.

Obs.2: A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.



Em mil benefícios

Tabela 16 - Quantidade de Benefícios Emitidos pela Previdência Social - Brasil - 2012 / 2013										
Diaminaina až a	Fev/13	Mar/13	Varia - 5 - 0/	Jan -	Varia e a 0/					
Discriminação	rev/13	Mar/ 13	Variação %	2012	2013	Variação %				
BENEFÍCIOS DO RGPS	26.084	26.141	0,2%	75.760	78.283	3,3%				
Previdênciários	25.250	25.308	0,2%	73.268	75.777	3,4%				
Aposentadorias	16.803	16.843	0,2%	48.643	50.401	3,6%				
Idade	8.844	8.867	0,3%	25.496	26.528	4,0%				
Invalidez	3.069	3.074	0,2%	9.049	9.207	1,8%				
Tempo de contribuição	4.889	4.902	0,3%	14.098	14.666	4,0%				
Pensão por morte	6.999	7.011	0,2%	20.466	20.990	2,6%				
Auxílio-Doença	1.293	1.297	0,3%	3.738	3.912	4,7%				
Salário - maternidade	76	77	1,5%	213	235	10,1%				
Outros	79	80	1,1%	208	239	14,6%				
Acidentários	833	833	0,0%	2.492	2.505	0,5%				
Aposentadorias	182	183	0,4%	525	547	4,3%				
Pensão por morte	122	122	-0,1%	371	366	-1,3%				
Auxílio - doença	168	167	-0,3%	523	509	-2,7%				
Auxílio - acidente	296	296	0,1%	868	888	2,3%				
Auxílio - suplementar	65	65	-0,4%	205	195	-5,1%				

Fonte: Ministério da Previdência Social Obs.: Dados sujeitos a alteração.



Em março de 2013, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional atingiu 20,7% do PIB, apresentando decréscimo de 1,7 p.p. comparativamente ao

ano anterior.

# **Dívida Líquida do** Tesouro Nacional

A Dívida Líquida do Tesouro Nacional - DLTN alcançou o montante de R\$ 930,1 bilhões em março de 2013. Comparativamente ao mês anterior, houve redução de R\$ 587,7 milhões, consequência da redução de R\$ 1,8 bilhão na dívida interna líquida e do aumento de R\$ 1,2 bilhão no estoque da dívida externa líquida.

R\$ Milhões

Tabela 17 - Divida Líquida do Tesouro Nacional - Brasil - 2012 / 2013										
Discriminação	Fev/13	Mar/13	Variação %	Mar/12	Mar/13	Variação %				
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	843.638,4	841.848,6	-0,2%	862.173,6	841.848,6	-2,4%				
Dívida Interna	2.728.214,4	2.740.664,3	0,5%	2.561.689,5	2.740.664,3	7,0%				
Haveres Internos	1.884.575,9	1.898.815,7	0,8%	1.699.515,9	1.898.815,7	11,7%				
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	87.065,1	88.267,3	1,4%	79.636,0	88.267,3	10,8%				
Dívida Externa	87.487,0	88.703,1	1,4%	80.032,6	88.703,1	10,8%				
Haveres Externos	421,9	435,8	3,3%	396,6	435,8	9,9%				
III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	930.703,6	930.115,9	-0,1%	941.809,6	930.115,9	-1,2%				
IV. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB 1	20,8%	20,7%		22,3%	20,7%					

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Em relação a março de 2012, a DLTN diminuiu R\$ 11,7 bilhões, em decorrência da redução de R\$ 20,3 bilhões no estoque da dívida interna líquida e do aumento de R\$ 8,6 bilhões no estoque da dívida externa líquida.



Em percentual do PIB, a DLTN diminuiu 1,7 p.p. no mesmo período, passando de 22,3% em março de 2012 para 20,7% em março de 2013.

22

<sup>1.</sup> PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.



# **Dívida Interna** Líquida

R\$ Milhões

Fev/13 2.728.214,4 2.722.984,6 1.864.096,5 895.380,5	Mar/13 2.740.664,3 2.735.762,9 1.851.824,8 920.104,0	Variação %  0,5%  0,5%  -0,7%	Mar/12 2.561.689,5 2.552.820,8	Mar/13 2.740.664,3 2.735.762,9	Variação % 7,0% 7,2%
2.722.984,6 1.864.096,5	2.735.762,9 1.851.824,8	0,5%	2.552.820,8	,	
1.864.096,5	1.851.824,8		·	2.735.762,9	7,2%
	·	-0,7%	1 775 001 3		
895.380,5	920 104 0		1.775.901,2	1.851.824,8	4,3%
	720.104,0	2,8%	807.570,3	920.104,0	13,9%
-36.492,3	-36.165,8	-0,9%	-30.650,7	-36.165,8	18,0%
5.229,7	4.901,4	-6,3%	8.868,8	4.901,4	-44,7%
1.884.575,9	1.898.815,7	0,8%	1.699.515,9	1.898.815,7	11,7%
541.550,6	550.133,0	1,6%	496.530,6	550.133,0	10,8%
509.450,6	510.632,5	0,2%	483.994,7	510.632,5	5,5%
301.639,4	304.968,1	1,1%	269.691,2	304.968,1	13,1%
531.935,3	533.082,0	0,2%	449.299,4	533.082,0	18,6%
843.638,4	841.848,6	-0,2%	862.173,6	841.848,6	-2,4%
18,9%	18,7%		20,5%	18,7%	
	5.229,7 1.884.575,9 541.550,6 509.450,6 301.639,4 531.935,3 843.638,4	5.229,7 4.901,4 1.884.575,9 1.898.815,7 541.550,6 550.133,0 509.450,6 510.632,5 301.639,4 304.968,1 531.935,3 533.082,0 843.638,4 841.848,6	5.229,7     4.901,4     -6,3%       1.884.575,9     1.898.815,7     0,8%       541.550,6     550.133,0     1,6%       509.450,6     510.632,5     0,2%       301.639,4     304.968,1     1,1%       531.935,3     533.082,0     0,2%       843.638,4     841.848,6     -0,2%	5.229,7     4.901,4     -6,3%     8.868,8       1.884.575,9     1.898.815,7     0,8%     1.699.515,9       541.550,6     550.133,0     1,6%     496.530,6       509.450,6     510.632,5     0,2%     483.994,7       301.639,4     304.968,1     1,1%     269.691,2       531.935,3     533.082,0     0,2%     449.299,4       843.638,4     841.848,6     -0,2%     862.173,6	5.229,7         4.901,4         -6,3%         8.868,8         4.901,4           1.884.575,9         1.898.815,7         0,8%         1.699.515,9         1.898.815,7           541.550,6         550.133,0         1,6%         496.530,6         550.133,0           509.450,6         510.632,5         0,2%         483.994,7         510.632,5           301.639,4         304.968,1         1,1%         269.691,2         304.968,1           531.935,3         533.082,0         0,2%         449.299,4         533.082,0           843.638,4         841.848,6         -0,2%         862.173,6         841.848,6

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

No mês de março, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 841,8 bilhões, apresentando uma redução de R\$ 1,8 bilhão em relação ao mês anterior, decorrência do aumento de R\$ 12,4 bilhões no estoque da dívida interna bruta, compensado pelo aumento de R\$ 14,2 bilhões no saldo dos haveres internos. Como percentual do PIB, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional representou o equivalente a 18,7 % em março de 2013.

Relativamente ao ano anterior, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional reduziu R\$ 20,3 bilhões, passando de R\$ 862,2 bilhões, em março de 2012, para R\$ 841,8 bilhões em março de 2013. Esse comportamento é consequência do crescimento de R\$ 199,3 bilhões no saldo dos haveres internos, que mais do que compensou o aumento de R\$ 179,0 bilhões verificado no estoque da dívida interna bruta. Em relação ao PIB, também houve redução, passando de 20,5% para 18,7%.

A Dívida Mobiliária Interna (Dívida Pública Mobiliária Federal interna - DPMFi), descontadas as aplicações do FAT e de outros fundos públicos em títulos federais, aumentou R\$ 12,8 bilhões em relação ao mês anterior. Essa variação pode ser explicada pelo resgate líquido de R\$ 11,4 bilhões e pela apropriação de juros no valor de R\$ 23,9 bilhões.

Em relação ao PIB, a Dívida Interna Líquida apresentou redução de 1,7 p.p. em comparação ao ano anterior.

<sup>1.</sup> Inclui TDA e dívida securitizada.

<sup>2.</sup> Refere-se a aplicações do FAT e fundos públicos em títulos públicos federais.

<sup>3.</sup> PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.



A evolução da Dívida Mobiliária Interna do **Tesouro Nacional no** mês é explicada pelo resgate líquido de

R\$ 11,4 bilhões e pela

apropriação de juros de R\$ 23,9 bilhões. R\$ Milhões

Tabel	Tabela 19 - Divida Mobiliária Interna do Tesouro Nacional - Brasil - 2012 / 2013										
Discriminação	Fev/13	Mar/13	Variação %	Mar/12	Mar/13	Variação %					
EM PODER DO PÚBLICO	1.864.096,5	1.851.824,8	-0,7%	1.775.901,2	1.851.824,8	4,3%					
LFT	437.495,9	388.698,9	-11,2%	475.496,3	388.698,9	-18,3%					
LTN	525.353,7	546.701,4	4,1%	491.030,2	546.701,4	11,3%					
NTN-B	615.994,4	624.623,5	1,4%	514.458,6	624.623,5	21,4%					
NTN-C	64.966,6	65.592,0	1,0%	61.848,2	65.592,0	6,1%					
NTN-F	186.027,6	191.595,1	3,0%	198.190,5	191.595,1	-3,3%					
Demais <sup>1</sup>	34.258,2	34.613,9	1,0%	34.877,4	34.613,9	-0,8%					
APLICAÇÕES EM TÍTULOS PÚBLICOS	-36.492,3	-36.165,8	-0,9%	-30.650,7	-36.165,8	18,0%					
EM PODER DO BANCO CENTRAL	895.380,5	920.104,0	2,8%	807.570,3	920.104,0	13,9%					
TOTAL	2.722.984,6	2.735.762,9	0,5%	2.552.820,8	2.735.762,9	7,2%					

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração. 1. Inclui TDA e dívida securitizada.

Na carteira de títulos em poder do público, a redução de R\$ 12,3 bilhões está associada ao resgate líquido de R\$ 28,2 bilhões, além da apropriação de juros no valor de R\$ 15,9 bilhões. Na carteira de títulos do Banco Central, a emissão líquida de R\$ 16,8 bilhões e a apropriação de juros no valor de R\$ 7,9 bilhões explicam o aumento de R\$ 24,7 bilhões.

R\$ Milhões

Tabela 20 - Variação da Dívida Mobiliária Interna do Tesouro Nacional ¹ - Brasil - 2012 / 2013									
Discriminação	Saldo	i	Fatores de Variação <sup>2</sup>						
	Fev/12	Emissões	Resgates <sup>3</sup>	Juros <sup>4</sup>	Mar/13				
EM PODER DO PÚBLICO	1.864.096,5	33.117,9	-61.298,5	15.908,9	1.851.824,8				
LFT	437.495,9	5.741,3	-56.706,0	2.167,6	388.698,9				
LTN	525.353,7	17.191,9	-22,7	4.178,5	546.701,4				
NTN-B	615.994,4	5.847,5	-3.984,0	6.765,5	624.623,5				
NTN-C	64.966,6	0,0	-1,1	626,5	65.592,0				
NTN-F	186.027,6	3.895,2	-18,9	1.691,3	191.595,1				
Demais <sup>5</sup>	34.258,2	442,1	-565,9	479,4	34.613,9				
EM PODER DO BANCO CENTRAL	895.380,5	35.805,5	-19.026,4	7.944,5	920.104,0				
TOTAL	2.759.476,9	68.923,4	-80.325,0	23.853,4	2.771.928,8				

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

- 1. Não inclui saldos de haveres relativos às aplicações oficiais em títulos públicos.
- 2. Valores negativos (positivos) indicam decréscimo (acréscimo) ao saldo da obrigação.
- 3. Inclui cancelamentos referentes a permuta de títulos e outros ajustes.
- 4. Refere-se aos juros apropriados por competência.

Os haveres internos do Tesouro Nacional aumentaram R\$ 14,2 bilhões em relação ao mês anterior, refletindo os aumentos de R\$ 8,6 bilhões nas disponibilidades internas, de R\$ 3,3 bilhões nos haveres da administração indireta, de R\$ 1,2 bilhão nos haveres junto aos governos regionais e de R\$ 1,1 bilhão nos saldos dos haveres administrados pela STN.



R\$ Milhões

Tabela 21 - Haveres Internos do Tesouro Nacional - Brasil - 2012 / 2013									
Discriminação	Fev/13	Mar/13	Variação %	Mar/12	Mar/13	Variação %			
DISPONIBILIDADES INTERNAS	541.550,6	550.133,0	1,6%	496.530,6	550.133,0	10,8%			
HAVERES JUNTO AOS GOVERNOS REGIONAIS	509.450,6	510.632,5	0,2%	483.994,7	510.632,5	5,5%			
Lei 9.496/97	395.863,9	397.056,2	0,3%	370.239,3	397.056,2	7,2%			
MP 2.185/01	65.840,2	66.361,5	0,8%	59.725,0	66.361,5	11,1%			
Lei 8.727/93	20.462,9	19.916,9	-2,7%	25.561,1	19.916,9	-22,1%			
Antecipação de Royalties	6.443,2	6.429,4	-0,2%	7.574,1	6.429,4	-15,1%			
Bônus Renegociados	4.894,2	4.980,5	1,8%	4.944,9	4.980,5	0,7%			
Demais Haveres	15.946,2	15.911,0	-0,2%	15.950,3	15.911,0	-0,2%			
HAVERES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	301.639,4	304.968,1	1,1%	269.691,2	304.968,1	13,1%			
FAT	170.342,8	171.970,1	1,0%	159.905,6	171.970,1	7,5%			
Fundos Regionais	76.557,1	77.232,9	0,9%	68.477,8	77.232,9	12,8%			
Demais	54.739,5	55.765,1	1,9%	41.307,8	55.765,1	35,0%			
HAVERES ADMINISTRADOS PELA STN	531.935,3	533.082,0	0,2%	449.299,4	533.082,0	18,6%			
TOTAL	1.884.575,9	1.898.815,7	0,8%	1.699.515,9	1.898.815,7	11,7%			

Fonte: Tesouro Nacional Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Nos haveres da administração indireta, houve aumento de R\$ 1,6 bilhão no saldo do FAT, de R\$ 675,8 milhões nos saldos dos Fundos Constitucionais Regionais e de R\$ 1,0 bilhão nos demais fundos. O aumento de R\$ 1,7 bilhão nas dívidas refinanciadas ao amparo da Lei nº 9.496/97 e MP nº 2.185/01 e a redução de R\$ 546,0 milhões nas dívidas refinanciadas pela Lei nº 8.727/93 justificam o aumento verificado nos haveres junto aos governos regionais.



# **Dívida Externa** Líquida

R\$ Milhões

Tabela 22 - Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional - Brasil - 2012 / 2013										
Discriminação	Fev/13	Mar/13	Variação %	Mar/12	Mar/13	Variação %				
I. DÍVIDA EXTERNA	87.487,0	88.703,1	1,4%	80.032,6	88.703,1	10,8%				
Dívida Mobiliária	74.664,5	75.803,4	1,5%	69.010,3	75.803,4	9,8%				
Euro	2.165,4	2.182,0	0,8%	4.202,2	2.182,0	-48,1%				
Global US\$	59.032,5	60.071,5	1,8%	53.022,9	60.071,5	13,3%				
Global BRL	13.403,8	13.518,6	0,9%	11.700,4	13.518,6	15,5%				
Demais	62,9	31,3	-50,3%	84,9	31,3	-63,2%				
Dívida Contratual	12.822,5	12.899,8	0,6%	11.022,2	12.899,8	17,0%				
Organismos Internacionais	7.164,6	7.201,3	0,5%	6.638,6	7.201,3	8,5%				
Bancos Privados e Agências Governamentais	5.657,9	5.698,4	0,7%	4.383,6	5.698,4	30,0%				
II. HAVERES EXTERNOS	421,9	435,8	3,3%	396,6	435,8	9,9%				
Disponibilidades de Fundos, Autarquias e Fundações	421,9	435,8	3,3%	396,6	435,8	9,9%				
III. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	87.065,1	88.267,3	1,4%	79.636,0	88.267,3	10,8%				
IV. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB 1	1,9%	2,0%		1,9%	2,0%					

Fonte: Tesouro Nacional Obs.: Dados sujeitos a alteração.

PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

Em março, a Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 88,3 bilhões, contra R\$ 87,1 bilhões em fevereiro. Houve aumento de R\$ 1,2 bilhão em relação ao mês anterior. A variação cambial totalizou no mês R\$ 1,3 bilhão e houve resgate líquido de R\$ 804,7 milhões no mesmo período. A apropriação de juros totalizou R\$ 694,0 milhões.

R\$ Milhões

Tabela 23 - Variação da Dívida Externa do Tesouro Nacional - Brasil - 2012/2013									
	Saldo		Fatores de	Variação <sup>2</sup>		Saldo			
Discriminação	Fev/13	Emissões	Resgates <sup>1</sup>	Juros <sup>2</sup>	Variação Cambial	Mar/13			
DÍVIDA MOBILIÁRIA <sup>3</sup>	74.664,5	0,0	-645,4	633,7	1.150,5	75.803,4			
Global US\$	59.032,5	0,0	-613,0	504,1	1.147,9	60.071,5			
Euro	2.165,4	0,0	0,0	14,8	1,8	2.182,0			
Global BRL	13.403,8	0,0	0,0	114,8	0,0	13.518,6			
Demais	62,9	0,0	-32,4	0,0	0,8	31,3			
DÍVIDA CONTRATUAL	12.822,5	9,3	-168,5	60,3	176,2	12.899,8			
Org <sup>.</sup> Internacionais	7.164,6	0,0	-127,3	24,9	139,0	7.201,3			
Bancos Privados/Agencias Governamentais	5.657,9	9,3	-41,2	35,4	37,2	5.698,4			
TOTAL	87.487,0	9,3	-813,9	694,0	1.326,7	88.703,1			

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

- 1. Inclui cancelamentos referentes a permuta de títulos, pagamentos antecipados e outros ajustes.
- 2. Refere-se aos juros nominais apropriados por competência na moeda de referência, convertido para moeda local pela taxa de câmbio de final de período.
- 3. A partir de Jan/2010, o estoque da dívida mobiliária passou a ser apurado pelo método da TIR, alinhando-se à metodologia utilizada na apuração do estoque da DPMFi.

Em março de 2013, a Dívida Externa Líquida totalizou R\$ 88,3 bilhões. Em percentual do PIB houve aumento de 0,1 p.p. em relação ao mês anterior, totalizando 2,0%.



Comparativamente ao ano anterior, o aumento da Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional foi de R\$ 8,6 bilhões, passando de R\$ 79,6 bilhões, em março de 2012, para R\$ 88,3 bilhões, em março de 2013. Do estoque total da dívida externa, a dívida mobiliária corresponde a 85,5% (R\$ 75,8 bilhões) e a dívida contratual representa 14,5% (R\$ 12,9 bilhões).

Em proporção do PIB, a Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional aumentou 0,1 p.p. no mês. Comparativamente ao ano anterior o aumentou também foi de 0,1 p.p., passando de 1,9% em março de 2012 para 2,0% em março de 2013.



# **Anexos**

- 1. Lista de Abreviaturas
- 2. Tabelas do Resultado Fiscal
- Tabela 1.1. Resultado Primário do Governo Central Brasil Mensal
- Tabela 1.2. Resultado Primário do Governo Central Brasil Acumulado no Ano
- Tabela 2.1. Receitas Primárias do Governo Central Brasil Mensal
- Tabela 2.2. Receitas Primárias do Governo Central Brasil Acumulado no Ano
- Tabela 3.1. Dividendos pagos à União Brasil Mensal
- Tabela 3.2. Dividendos pagos à União Brasil Acumulado no Ano
- Tabela 4.1. Despesas Primárias do Governo Central Brasil Mensal
- Tabela 4.2. Despesas Primárias do Governo Central Brasil Acumulado no Ano
- Tabela 5.1. Investimento do Governo Federal por Órgão Brasil Acumulado no Ano
- Tabela 6.1. Execução Financeira do Tesouro Nacional Brasil Mensal
- Tabela 6.2. Execução Financeira do Tesouro Nacional Brasil Acumulado no Ano
- Tabela 7.1. Relacionamento Tesouro Nacional e Banco Central Brasil Mensal
- Tabela 7.2. Relacionamento Tesouro Nacional e Banco Central Brasil Acumulado no Ano
- Tabela 8.1. Dívida Líquida do Tesouro Nacional Brasil Mensal
- 3. Boletim de Transferências para Estados e Municípios Boletim FPE/FPM/IPI Exportação



## 1.Lista de Abreviaturas

### Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal

Caged — Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

CIDE — Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico

Cofins — Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

CPMF — Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira

CPSS — Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público

CSLL — Contribuição Social sobre Lucro Líquido

Emgea – Empresa Gestora de Ativos

FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

Fistel — Fundo de Fiscalização das Telecomunicações

FND - Fundo Nacional de Desenvolvimento

FPE – Fundo de Participação de Estados

FPM — Fundo de Participação de Municípios

FSB - Fundo Soberano do Brasil

Fundeb — Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos

Profissionais da Educação

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)

II - Imposto de Importação

INSS — Instituto Nacional de Seguridade Social

IOF - Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros

IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados

IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física

IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica

IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte

LOAS — Lei Orgânica de Assistência Social

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

Paes – Parcelamento Especial

Pasep — Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público

PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos

PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional

PIB - Produto Interno Bruto



PIS – Programa de Integração Social

POOC — Programa das Operações Oficiais de Crédito

Proex — Programa de Incentivo às Exportações

Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PSH — Programa de Subsídio à Habitação

PSI – Programa de Sustentação do Investimento

Refis – Programa de Recuperação Fiscal

RFB - Receita Federal do Brasil

RGPS – Regime Geral da Previdência Social

RMV – Renda Mensal Vitalícia

### Abreviaturas mais comuns da Dívida

BNDES — Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CFT — Certificado Financeiro do Tesouro (séries)

CVS — título representativo da dívida do FCVS

DPFe – Dívida Pública Federal Externa

DPMFi – Dívida Pública Mobiliária Federal Interna

FCVS — Fundo de Compensação de Variações Salariais

Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior

IGP-M — Índice Geral de Preços (Mercado)

Incra — Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ITR – Imposto Territorial Rural

IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado

LFT – Letras Financeiras do Tesouro (séries)

LTN - Letras do Tesouro Nacional

NTN — Notas do Tesouro Nacional (Séries)

PAF – Plano Anual de Financiamento

Selic — Sistema Especial de Liquidação e Custódia

TDA — Títulos da Dívida Agrária

TR - Taxa Referencial



	2012	201	2013		io (%)
Discriminação	Março	Fevereiro	Março	Mar/13	Mar/13
			,-	Fev/13	Mar/12
1. RECEITA TOTAL	83.101,9	76.289,2	79.993,9	4,9%	-3,7%
Receitas do Tesouro Nacional	60.652,7	54.003,8	57.119,3	5,8%	-5,8%
Receita Bruta	61.124,5	54.763,7	59.054,7	7,8%	-3,4%
Impostos	30.138,5	25.775,7	28.050,1	8,8%	-6,9%
Contribuições	23.722,4	23.117,3	24.058,0	4,1%	1,4%
Demais <sup>2/</sup>	7.263,6	5.870,7	6.946,5	18,3%	-4,4%
d/q Cessão Onerosa Exploração Petróleo	0,0	0,0	0,0	-	-
(-) Restituições	-439,9	-760,0	-1.935,3	154,7%	340,0%
(-) Incentivos Fiscais	-31,8	0,0	0,0	-	-
Receitas da Previdência Social	22.221,4	21.915,5	22.657,1	3,4%	2,0%
Receitas da Previdência Social - Urbano 3/	21.788,5	21.510,2	22.173,6	3,1%	1,8%
Receitas da Previdência Social - Rural <sup>3/</sup>	432,9	405,3	483,5	19,3%	11,7%
Receitas do Banco Central	227,8	369,9	217,4	-41,2%	-4,6%
2. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	12.285,9	21.186,5	12.394,4	-41,5%	0,9%
Transferências Constitucionais (IPI, IR e outras)	9.463,0	16.303,4	9.491,5	-41,8%	0,3%
Lei Complementar 87/ Lei Complementar 115 4/	162,5	0,0	0,0	-	-
Transferências da Cide - Combustíveis	0,0	0,0	0,0	-	-
Demais Transferências	2.660,4	4.883,1	2.902,9	-40,6%	9,1%
3. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (1-2)	70.816,0	55.102,7	67.599,5	22,7%	-4,5%
4. DESPESA TOTAL	63.175,3	61.703,3	67.313,8	9,1%	6,6%
Despesas do Tesouro Nacional	38.898,6	36.012,8	39.325,4	9,2%	1,1%
Pessoal e Encargos Sociais <sup>2/</sup>	13.885,8	14.920,2	14.847,9	-0,5%	6,9%
Custeio e Capital	24.820,8	20.746,5	24.287,9	17,1%	-2,1%
Despesa do FAT	2.773,4	2.396,9	2.598,4	8,4%	-6,3%
Abono e Seguro Desemprego	2.729,9	2.363,5	2.563,2	8,4%	-6,1%
Demais Despesas do FAT	43,5	33,4	35,2	5,5%	-19,1%
Subsídios e Subvenções Econômicas <sup>5/</sup>	626,2	828,9	1.176,8	42,0%	87,9%
Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	388,3	523,1	920,3	75,9%	137,0%
Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	237,9	305,7	256,5	-16,1%	7,8%
Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) <sup>6/</sup>	2.441,1	2.751,7	2.448,0	-11,0%	0,3%
Capitalização da Petrobras	0,0	0,0	0,0	-	-
Outras Despesas de Custeio e Capital	18.980,0	14.769,0	18.064,6	22,3%	-4,8%
Outras Despesas de Custeio	12.888,3	12.063,4	13.561,9	12,4%	5,2%
Outras Despesas de Capital <sup>7/</sup>	6.091,7	2.705,6	4.502,7	66,4%	-26,1%
Transferência do Tesouro ao Banco Central	192,1	346,2	189,5	-45,2%	-1,3%
Benefícios Previdenciários	23.985,9	25.376,6	27.687,4	9,1%	15,4%
Benefícios Previdenciários - Urbano <sup>3/</sup>	18.591,2	19.881,7	21.694,9	9,1%	16,7%
Benefícios Previdenciários - Rural <sup>3/</sup>	5.394,7	5.494,9	5.992,5	9,1%	11,1%
Despesas do Banco Central	290,8	313,9	301,0	-4,1%	3,5%
5. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB <sup>8/</sup>	0,0	0,0	0,0	-	-
6. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (3 - 4 + 5)	7.640,7	-6.600,6	285,7	-104,3%	-96,3%
Tesouro Nacional	9.468,2	-3.195,5	5.399,6	-269,0%	-43,0%
Previdência Social (RGPS) 9/	-1.764,5	-3.461,1	-5.030,3	45,3%	185,1%
Previdência Social (RGPS) - Urbano <sup>3/</sup>	3.197,3	1.628,5	478,7	-70,6%	-85,0%
Previdência Social (RGPS) - Rural <sup>3/</sup>	-4.961,8	-5.089,6	-5.509,0	8,2%	11,0%
Banco Central 10/	-63,0	56,0	-83,6	-249,2%	32,7%
7. AJUSTE METODOLÓGICO 11/	154,6	169,3	32,6	-80,7%	-78,9%
8. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	-339,3	-712,5	nd	-	-
9. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (6 + 7 + 8) 12/	7.456,1	-7.143,8	nd	-	-
10. JUROS NOMINAIS <sup>12/</sup>	-17.792,4	-15.803,5	nd	-	-
11. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (9 + 10) 12/	-10.336,3	-22.947,4	nd	-	-
Memo:					
Parcela patronal da CPSS <sup>2/</sup>	1.011,3	1.256,9	1.099,7	-12,5%	8,7%
RMV <sup>6/</sup>	154,7	151,5	131,0	-13,6%	-15,3%

1/Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. A partir de 01/03/2012, inclui recursos de complementação do FGTS e despesas realizadas com recursos dessa contribuição, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

- 2/ Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.
- 3/ Fonte: Ministério da Previdência Social. A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.
- 4/ Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).
- 5/ Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.
- 6/ Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.
- 7/ Apurado pelo conceito de "Despesas pagas", que corresponde aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Inclui Ordens Bancárias do último dia do ano anterior, com impacto no caixa no ano de referência. Exclui Ordens Bancárias do último dia do mês de referência, com impacto no caixa do período seguinte. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais informações da tabela porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Corresponde ao investimento dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, incluindo grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), com exceção das despesas financeiras, conforme detalhamento na tabela A9. Inclui despesas com o Fundo de Arrendamento Residencial FAR, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida MCMV, conforme MP nº 516/2012.
- S/F m 2008 corresponde à despesa de integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização FFIE, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008, na MP nº 452/2008 e no Decreto nº 6.713/2008. Em 2012 corresponde à receita proveniente do resgate de cotas do Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização FFIE, conforme previsto na Resolução CDFSB nº 9/2012.

  9/ Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.
- 10/ Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).
- 11/ Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.
- 12/ Pelo critério "abaixo-da-linha", sem desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil.



	2012	2013	Variação (%)
Discriminação	Jan-Mar	Jan-Mar	Jan-Mar/13
1. RECEITA TOTAL	263.304,1	273.452,2	Jan-Mar/12 3,9%
Receitas do Tesouro Nacional	202.020,7	206.653,5	2,3%
Receita Bruta	203.835,7	209.764,1	2,9%
Impostos	98.183,7	101.641,8	3,5%
•	77.052,3	83.828,5	8,8%
Contribuições Demais <sup>2/</sup>	28.599,7	24.293.9	-15,1%
d/g Cessão Onerosa Exploração Petróleo	0,0	0,0	13,170
(-) Restituições	-1.783,2	-3.105,1	74,1%
(-) Incentivos Fiscais	-31,8	-5.105,1	-83,0%
Receitas da Previdência Social	60.621,4	65.983,7	
		•	<b>8,8%</b>
Receitas da Previdência Social - Urbano 3/	59.444,9	64.674,7	8,8%
Receitas da Previdência Social - Rural <sup>3/</sup>	1.176,5	1.309,0	11,3%
Receitas do Banco Central	662,0	814,9	23,1%
2. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	46.099,3	49.155,6	6,6%
Transferências Constitucionais (IPI, IR e outras)	34.569,9	38.098,6	10,2%
Lei Complementar 87/ Lei Complementar 115 4/	487,5	0,0	-
Transferências da Cide - Combustíveis	447,9	1,7	-99,6%
Demais Transferências	10.594,0	11.055,3	4,4%
3. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (1-2)	217.204,8	224.296,5	3,3%
4. DESPESA TOTAL	183.359,0	204.421,7	11,5%
Despesas do Tesouro Nacional	112.118,2	122.939,6	9,7%
Pessoal e Encargos Sociais <sup>2/</sup>	44.429,7	46.279,7	4,2%
Custeio e Capital	67.151,3	76.087,8	13,3%
Despesa do FAT	6.658,4	8.569,1	28,7%
Abono e Seguro Desemprego	6.552,7	8.474,0	29,3%
Demais Despesas do FAT	105,7	95,1	-10,0%
Subsídios e Subvenções Econômicas <sup>5/</sup>	4.290,8	2.869,4	-33,1%
Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	3.319,2	1.973,6	-40,5%
Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	971,6	895,8	-7,8%
Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) <sup>6/</sup>	7.167,8	8.141,7	13,6%
Capitalização da Petrobras	0,0	0,0	-
Outras Despesas de Custeio e Capital	49.034,3	56.507,6	15,2%
Outras Despesas de Custeio	33.363,0	39.677,6	18,9%
Outras Despesas de Capital <sup>7/</sup>	15.671,2	16.830,0	7,4%
Transferência do Tesouro ao Banco Central	537,2	572,1	6,5%
Benefícios Previdenciários	70.534,8	80.650,9	14,3%
Benefícios Previdenciários - Urbano <sup>3/</sup>	54.569,7	62.645,6	14,8%
Benefícios Previdenciários - Rural <sup>3/</sup>	15.965,1	18.005,3	12,8%
Despesas do Banco Central	706,0	831,2	17,7%
5. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB <sup>8/</sup>	0,0	0,0	17,770
6. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (3 - 4 + 5)	33.845,8	19.874,8	-41,3%
Tesouro Nacional	43.803,2		
	_	34.558,3	-21,1%
Previdência Social (RGPS) 9/	-9.913,3	-14.667,2	48,0%
Previdência Social (RGPS) - Urbano <sup>3/</sup>	4.875,2	2.029,1	-58,4%
Previdência Social (RGPS) - Rural <sup>3/</sup>	-14.788,6	-16.696,3	12,9%
Banco Central 10/	-44,1	-16,3	-63,1%
7. AJUSTE METODOLÓGICO 11/	446,1	372,0	-16,6%
8. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	-1.286,2	nd	-
9. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (6 + 7 + 8) 12/	33.005,8	nd	-
10. JUROS NOMINAIS <sup>12/</sup>	-50.203,4	nd	-
11. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (9 + 10) 12/	-17.197,6	nd	-
Memo:			
Parcela patronal da CPSS <sup>2/</sup>	3.113,9	3.073,3	-1,3%
RMV <sup>6/</sup>	461,3	449,4	-2,6%

8/ Em 2008 corresponde à despesa de integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008, na MP nº 452/2008 e no Decreto nº 6.713/2008. Em 2012 corresponde à receita proveniente do resgate de cotas do Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na Resolução CDFSB nº 9/2012.

<sup>1/</sup> Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. A partir de 01/03/2012, inclui recursos de complementação do FGTS e despesas realizadas com recursos dessa contribuição, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

<sup>2/</sup> Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

<sup>3/</sup> Fonte: Ministério da Previdência Social. A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

<sup>4/</sup> Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

<sup>5/</sup> Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

<sup>6/</sup> Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.

<sup>7/</sup> Apurado pelo conceito de "Despesas pagas", que corresponde aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Inclui Ordens Bancárias do último dia do ano anterior, com impacto no caixa no ano de referência. Exclui Ordens Bancárias do último dia do mês de referência, com impacto no caixa do período seguinte. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais informações da tabela pocrque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Corresponde ao investimento dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, incluindo grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), com exceção das despesas financeiras, conforme detalhamento na tabela A9. Inclui despesas com o Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - MCMV, conforme MP nº 516/2012.

<sup>9/</sup> Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

<sup>10/</sup> Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

<sup>11/</sup> Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

<sup>12/</sup> Pelo critério "abaixo-da-linha", sem desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil.



	2012 2013		Variação (%)		
Discriminação	Março	Fevereiro	Março	Mar/13 Fev/13	Mar/13 Mar/12
1. RECEITA TOTAL	83.101,9	76.289,2	79.993,9	4,9%	-3,7%
Receitas do Tesouro Nacional	60.652,7	54.003,8	57.119,3	5,8%	-5,8%
Receita Bruta	61.124,5	54.763,7	59.054,7	7,8%	-3,4%
Impostos	30.138,5	25.775,7	28.050,1	8,8%	-6,9%
IR	21.522,5	17.846,6	19.445,3	9,0%	-9,7%
IR - Pessoa Física	992,6	1.056,4	1.016,2	-3,8%	2,4%
IR - Pessoa Jurídica	10.362,5	7.647,9	8.329,4	8,9%	-19,6%
IR - Retido na Fonte	10.167,4	9.142,3	10.099,6	10,5%	-0,7%
IRRF - Rendimentos do Trabalho	6.803,5	5.752,3	6.524,2	13,4%	-4,1%
IRRF - Rendimentos do Capital	1.804,9	1.862,0	1.868,1	0,3%	3,5%
IRRF - Remessas ao Exterior	983,2	857,2	1.080,5	26,0%	9,9%
IRRF - Outros Rendimentos	575,8	670,8	626,8	-6,6%	8,9%
IPI	3.602,3	3.080,1	3.420,0	11,0%	-5,1%
IPI - Fumo	286,9	93,1	189,0	103,0%	-34,1%
IPI - Bebidas	252,2	346,1	282,5	-18,4%	12,1%
IPI - Automóveis	396,0	271,9	242,3	-10,9%	-38,8%
IPI - Vinculado a importação	1.355,5	944,5	1.143,4	21,1%	-15,7%
IPI - Outros	1.311,8	1.424,6	1.562,8	9,7%	19,1%
IOF	2.583,4	2.440,7	2.345,1	-3,9%	-9,2%
Imposto de Importação	2.415,7	2.394,6	2.823,3	17,9%	16,9%
Outros	14,6	13,7	16,4	20,4%	12,3%
Contribuições	23.722,4	23.117,3	24.058,0	4,1%	1,4%
COFINS	12.966,0	13.263,1	14.131,0	6,5%	9,0%
CPMF	4,5	8,1	4,4	-46,0%	-1,6%
CSLL	5.189,7	4.108,2	4.043,5	-1,6%	-22,1%
CIDE-Combustíveis	436,1	0,9	0,8	-12,5%	-99,8%
Pis/Pasep	3.577,9	3.663,7	3.895,1	6,3%	8,9%
Salário Educação	1.119,4	1.300,9	1.255,3	-3,5%	12,1%
Outras <sup>2/</sup>	428,9	772,4	728,0	-5,8%	69,7%
Demais	7.263,6	5.870,7	6.946,5	18,3%	-4,4%
CPSS 3/	908,6	936,3	962,7	2,8%	5,9%
Cota parte de compensações financeiras	1.557,0	1.882,3	1.547,9	-17,8%	-0,6%
Diretamente arrecadadas	2.901,2	2.695,5	3.087,5	14,5%	6,4%
Concessões	15,1	14,5	10,5	-27,3%	-30,3%
Dividendos	3,2	0,0	767,3	-	-
Cessão Onerosa Exploração de Petróleo	0,0	0,0	0,0	-	-
Outras	1.878,5	342,1	570,7	66,8%	-69,6%
(-) Restituições	-439,9	-760,0	-1.935,3	154,7%	340,0%
(-) Incentivos Fiscais	-31,8	0,0	0,0	-	-
Receitas da Previdência Social	22.221,4	21.915,5	22.657,1	3,4%	2,0%
Urbana	21.788,5	21.510,2	22.173,6	3,1%	1,8%
Rural	432,9	405,3	483,5	19,3%	11,7%
Receitas do Banco Central	227,8	369,9	217,4	-41,2%	-4,6%
2. TRANSFERÊNCIAS TOTAL <sup>4/</sup>	12.285,9	21.186,5	12.394,4	-41,5%	0,9%
Transferências Constitucionais	9.463,0	16.303,4	9.491,5	-41,8%	0,3%
Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002 <sup>5/</sup>	162,5	0,0	0,0	· -	
Transferências da Cide - Combustíveis	0,0	0,0	0,0	_	-
Demais Transferências	2.660,4	4.883,1	2.902,9	-40,6%	9,1%
Salário Educação	687,5	1.288,2	780,5	-39,4%	13,5%
Royalties	1.349,4	3.579,0	1.425,3	-60,2%	5,6%
Fundef/Fundeb	606,9	0,0	682,9	-	12,5%
Outras	16,6	15,9	14,2	-11,1%	-14,5%
3. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (1-2)	70.816,0	55.102,7	67.599,5	22,7%	-4,5%

<sup>1/</sup> Apurado pelo conceito de caixa, que corresponde ao ingresso efetivo na Conta Única.

 $<sup>2/\</sup>text{ A partir de }01/03/2012\text{, inclui recursos de complementa}\\ \tilde{\text{cao}}\text{ do FGTS, conforme previsto na Portaria STN }\\ n^{\underline{o}}\text{ 278, de }19/04/2012\text{.}$ 

<sup>3/</sup> Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

<sup>4/</sup> Apurado pelo conceito dede "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única.

<sup>5/</sup> Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).



	2012	2013	Variação (%)
Discriminação	Jan-Mar	Jan-Mar	Jan-Mar/13
	Jan Mai	Jan Ivial	Jan-Mar/12
1. RECEITA TOTAL	263.304,1	273.452,2	3,9%
Receitas do Tesouro Nacional	202.020,7	206.653,5	2,3%
Receita Bruta	203.835,7	209.764,1	2,9%
Impostos	98.183,7	101.641,8	3,5%
IR	71.575,9	75.431,6	5,4%
IR - Pessoa Física	3.038,4	3.213,9	5,8%
IR - Pessoa Jurídica	36.297,5	38.632,9	6,4%
IR - Retido na Fonte	32.239,9	33.584,9	4,2%
IRRF - Rendimentos do Trabalho	20.550,2	20.869,9	1,6%
IRRF - Rendimentos do Capital	6.570,1	6.723,7	2,3%
IRRF - Remessas ao Exterior	3.132,7	3.795,6	21,2%
IRRF - Outros Rendimentos	1.986,9	2.195,6	10,5%
IPI	11.671,9	10.961,3	-6,1%
IPI - Fumo	912,0	1.298,7	42,4%
IPI - Bebidas	933,8	1.068,4	14,4%
IPI - Automóveis	1.552,4	785,2	-49,4%
IPI - Vinculado a importação	3.876,0	3.288,3	-15,2%
IPI - Outros	4.397,8	4.520,7	2,8%
IOF	7.964,9	7.012,1	-12,0%
Imposto de Importação	6.925,3	8.191,3	18,3%
Outros	45,7	45,3	-0,7%
Contribuições	77.052,3	83.828,5	8,8%
COFINS	39.977,7	44.881,2	12,3%
CPMF	55,2	16,9	-69,4%
CSLL	18.998,7	19.513,9	2,7%
CIDE-Combustíveis	1.250,9	2,5	-99,8%
Pis/Pasep	11.015,1	12.191,9	10,7%
Salário Educação	4.199,9	4.703,1	12,0%
Outras <sup>2/</sup>	1.554,8	2.519,0	62,0%
Demais	28.599,7	24.293,9	-15,1%
CPSS <sup>3/</sup>	2.664,9	2.713,0	1,8%
Cota parte de compensações financeiras	8.728,8	9.539,9	9,3%
Diretamente arrecadadas	8.764,8	9.772,4	11,5%
Concessões	348,5	303,2	-13,0%
Dividendos	4.965,1	767,4	-84,5%
Cessão Onerosa Exploração de Petróleo	0,0	0,0	-
Outras	3.127,7	1.198,0	-61,7%
(-) Restituições	-1.783,2	-3.105,1	74,1%
(-) Incentivos Fiscais	-31,8	-5,4	-83,0%
Receitas da Previdência Social	60.621,4	65.983,7	8,8%
Urbana	59.444,9	64.674,7	8,8%
Rural	1.176,5	1.309,0	11,3%
Receitas do Banco Central	662,0	814,9	23,1%
2. TRANSFERÊNCIAS TOTAL 4/	46.099,3	49.155,6	6,6%
Transferências Constitucionais	34.569,9	38.098,6	10,2%
Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002 <sup>5/</sup>	487,5	0,0	-
Transferências da Cide - Combustíveis	447,9	1,7	-99,6%
Demais Transferências	10.594,0	11.055,3	4,4%
Salário Educação	2.450,5	2.808,6	14,6%
Royalties	5.655,2	6.351,3	12,3%
Fundef/Fundeb	2.402,5	1.813,3	-24,5%
Outras	85,8	82,2	-4,2%

 $<sup>\</sup>ensuremath{\mathrm{1/}}$  Apurado pelo conceito de caixa, que corresponde ao ingresso efetivo na Conta Única.

 $<sup>2/\</sup>text{ A partir de }01/03/2012\text{, inclui recursos de complementação do FGTS, conforme previsto na Portaria STN }n^{\varrho} 278\text{, de }19/04/2012\text{.}$ 

<sup>3/</sup> Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

<sup>4/</sup> Apurado pelo conceito dede "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única.

<sup>5/</sup> Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

Tabela 3.1. Dividendos pagos à União <sup>1/</sup> - Brasil - Mensal R\$ Milhões



	2012	2012 2013		Variação (%)		
Discriminação	Março	Fevereiro	Março	Mar/13	Mar/13	
	iviaiço	revereno	iviaiço	Fev/13	Mar/12	
DIVIDENDOS	3,2	0,0	767,3	-	-	
Banco do Brasil	0,0	0,0	764,9	-	-	
BNB	0,0	0,0	0,0	-	-	
BNDES	0,0	0,0	0,0	-	-	
Caixa	0,0	0,0	0,0	-	-	
Correios	0,0	0,0	0,0	-	-	
Eletrobrás	0,0	0,0	0,0	-	-	
IRB	0,0	0,0	0,0	-	-	
Petrobras	0,0	0,0	0,0	-	-	
Demais	3,2	0,0	2,4	-	-26,3%	

<sup>1/</sup> Apurado pelo conceito de caixa, que corresponde ao ingresso efetivo na Conta Única.

Tabela 3.2. Dividendos pagos à União <sup>1/</sup> - Brasil - Acumulado no Ano R\$ Milhões



Discriminação	2012 Jan-Mar	2013 Jan-Mar	Variação (%) Jan-Mar/13 Jan-Mar/12
DIVIDENDOS	4.965,1	767,4	-84,5%
Banco do Brasil	710,0	764,9	7,7%
BNB	0,0	0,0	-
BNDES	3.500,0	0,0	-
Caixa	0,0	0,0	-
Correios	0,0	0,0	-
Eletrobrás	0,0	0,0	-
IRB	0,0	0,0	-
Petrobras	673,7	0,0	-
Demais	81,3	2,5	-96,9%

<sup>1/</sup> Apurado pelo conceito de caixa, que corresponde ao ingresso efetivo na Conta Única.



	2012	201	13	Variação (%)		
Discriminação	Março	Fevereiro	Março	Mar/13 Fev/13	Mar/13 Mar/12	
DESPESA TOTAL	63.175,3	61.703,3	67.313,8	9,09%	6,55%	
Despesas do Tesouro	38.898,6	36.012,8	39.325,4	9,20%	1,10%	
Pessoal e Encargos Sociais <sup>2/</sup>	13.885,8	14.920,2	14.847,9	-0,48%	6,93%	
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	178,9	121,1	152,8	26,13%	-14,59%	
Custeio e Capital	24.820,8	20.746,5	24.287,9	17,07%	-2,15%	
Despesa do FAT	2.773,4	2.396,9	2.598,4	8,41%	-6,31%	
Abono e Seguro Desemprego	2.729,9	2.363,5	2.563,2	8,45%	-6,11%	
Demais Despesas do FAT	43,5	33,4	35,2	5,54%	-19,07%	
Subsídios e Subvenções Econômicas 4/	626,2	828,9	1.176,8	41,97%	87,93%	
Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	388,3	523,1	920,3	75,91%	136,98%	
Equalização de custeio agropecuário	86,7	11,6	4,3	-62,72%	-95,03% -80,29%	
Equalização de invest. rural e agroindustrial <sup>5/</sup>	-18,3	0,2	-3,6	20.70%		
Política de preços agrícolas	140,5	115,1	91,2	-20,79%	-35,11%	
Equalização Empréstimo do Governo Federal	26,8	0,1	11,2	7 60%	-58,30%	
Equalização Aquisições do Governo Federal Garantia à Sustentação de Preços	63,7	65,0	60,0	-7,69%	-5,84%	
Pronaf	50,0	50,0	20,0	-60,00%	-60,00%	
	68,3	5,8	622,3	-	-	
Equalização Empréstimo do Governo Federal	47,3	1,3	623,0	-	102.200/	
Concessão de Financiamento <sup>6/</sup>	21,1	4,5	-0,7	-114,98%	-103,20%	
Proex	62,4	147,2	-75,0	-150,97%	-220,17%	
Equalização Empréstimo do Governo Federal	47,1	181,3	4,2	-97,67%	-91,03%	
Concessão de Financiamento <sup>6/</sup>	15,4	-34,1	-79,3	132,31%	-616,30%	
Programa especial de saneamento de ativos (PESA) 7/	0,0	183,1	228,6	24,84%	-	
Álcool	0,0	0,0	0,0	-	-	
Cacau	0,0	0,0	0,0	-	-	
Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	0,0	-	-	
Securitização da dívida agrícola (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	102.00%	127.160/	
Fundo da terra/ INCRA <sup>6/</sup>	12,6	4,1	-3,4	-183,00%	-127,16%	
Funcafé	7,9	13,7	6,3	-53,99%	-20,54%	
Revitaliza	-10,9	0,0	4,6	-	-142,07%	
Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	0,0	10,8	4,8	-56,00%	-	
Operações de Microcredito Produtivo Orientado (EQMPO)	12,5	0,0	0,0	-	-	
Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD) 8/	0,0	0,1	0,0	-	-	
Fundo nacional de desenvolvimento (FND) 6/	-3,2	0,0	0,0	-	-	
Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	0,0	0,0	0,0	-	-	
Capitalização à Emgea	0,0	0,0	0,0	-	-	
Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	29,8	31,3	40,3	28,50%	35,10%	
Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	237,9	305,7	256,5	-16,10%	7,85%	
Beneficios Assistenciais (LOAS e RMV) 9/	2.441,1	2.751,7	2.448,0	-11,04%	0,28%	
Capitalização da Petrobras	0,0	0,0	0,0	- 22 24%	4.020/	
Outras Despesas de Custeio e Capital	18.980,0	14.769,0	18.064,6	22,31%	-4,82%	
Sentenças Judiciais e Precatórios	47,2	35,7	52,0	45,63%	10,18%	
Legislativo	126,3	95,9	133,5	39,23%	5,72%	
Judiciário	583,3	495,2	546,9	10,45%	-6,24%	
Crédito Extraordinário (Exclui-PAC)	174,2	490,9	901,2	83,59%	417,30%	
Programa de Aceleração do Crescimento - PAC	4.510,1	1.979,8	2.134,9	7,83%	-52,66%	
Outras Obrigatórias <sup>10/</sup>	907,4	155,5	128,3	-17,53%	-85,86%	
Discricionárias	12.631,5	11.515,9	14.167,7	23,03%	12,16%	
Compensação RGPS <sup>11/</sup>	0,0	0,0	0,0	-	-	
Transferência do Tesouro ao Banco Central	192,1	346,2	189,5	-45,24%	-1,32%	
Benefícios Previdenciários	23.985,9	25.376,6	27.687,4	9,11%	15,43%	
Benefícios Previdenciários - Urbano <sup>3/</sup>	18.591,2	19.881,7	21.694,9	<b>9,12%</b>	16,69%	
Sentenças Judiciais e Precatórios	251,9 5 304 7	182,0	289,7 <b>5.992,5</b>	59,18%	14,99%	
Beneficios Previdenciários - Rural <sup>3/</sup>	5.394,7	<b>5.494,9</b>		<b>9,06%</b>	11,08%	
Sentenças Judiciais e Precatórios	73,5	50,6	80,5	59,15%	9,47%	
Despesas do Banco Central	290,8	313,9	301,0	-4,11%	3,50%	
Memo:	1 011 3	1 350 0	1 000 7	13.540/	0.740/	
Parcela patronal da CPSS $^{2/}$ RMV $^{8/}$	1.011,3	1.256,9	1.099,7	-12,51%	8,74%	
Obs.: Dados sujeitos a alteração.	154,7	151,5	131,0	-13,57%	-15,34%	

<sup>1/</sup>Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única.

<sup>2/</sup> Exclui a parcela patronal da CPSS do servidor público federal.

<sup>3/</sup> Fonte: Ministério da Previdência Social. A Apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

<sup>4/</sup> Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

<sup>5/</sup> Inclui retornos derivados de decisões judiciais relativas aos programas "Unificados Rurais" e "Unificados Industriais".

<sup>6/</sup> Concessão de empréstimos menos retornos.

<sup>7/</sup> Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada a inscrição em Dívida Ativa da União.

<sup>8/</sup> Operações de crédito direcionadas exclusivamente para a aquisição de bens e serviços de tecnologia assistiva destinados a pessoas com deficiência, nos termos da Lei nº 12.613/2012. Concessão de empréstimos menos retornos.

<sup>9/</sup> Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.

<sup>10/</sup> A partir de 01/03/2012, inclui despesas realizadas com recursos de complementação do FGTS, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

<sup>11/</sup> Despesa correspondente à compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) em função da desoneração da folha de pagamentos, conforme previsto na Lei nº 12.715/2012.



	2012	2013	Variação (%)	
Discriminação	Jan-Mar	Jan-Mar	Jan-Mar/13 Jan-Mar/12	
DESPESA TOTAL	183.359,0	204.421,7	11,49%	
Despesas do Tesouro	112.118,2	122.939,6	9,65%	
Pessoal e Encargos Sociais <sup>2/</sup>	44.429,7	46.279,7	4,16%	
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	380,1	541,1	42,37%	
Custeio e Capital	67.151,3	76.087,8	13,31%	
Despesa do FAT	6.658,4	8.569,1	28,70%	
Abono e Seguro Desemprego	6.552,7	8.474,0	29,32%	
Demais Despesas do FAT	105,7	95,1	-10,04%	
Subsídios e Subvenções Econômicas <sup>4/</sup>	4.290,8	2.869,4	-33,13%	
Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	3.319,2	1.973,6	-40,54%	
Equalização de custeio agropecuário	539,9	48,9	-90,95%	
Equalização de invest. rural e agroindustrial <sup>5/</sup>	62,4	-2,9	-	
Política de preços agrícolas	599,3	291,6	-51,34%	
Equalização Empréstimo do Governo Federal	80,6	11,7	-85,45%	
Equalização Aquisições do Governo Federal	408,7	159,9	-60,88%	
Garantia à Sustentação de Preços	110,0	120,0	9,09%	
Pronaf	1.614,7	857,1	-46,92%	
Equalização Empréstimo do Governo Federal	1.575,5	847,6	-46,20%	
Concessão de Financiamento <sup>6/</sup>	39,2	9,5	-75,68%	
Proex	-10,3	117,5	-	
Equalização Empréstimo do Governo Federal	111,9	192,3	71,87%	
Concessão de Financiamento <sup>6/</sup>	-122,2	-74,8	-38,76%	
Programa especial de saneamento de ativos (PESA) $^{7/}$	44,6	415,5	832,30%	
Álcool	0,7	0,0	-	
Cacau	0,4	0,0	-	
Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	-	
Securitização da dívida agrícola (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	-	
Fundo da terra/ INCRA <sup>6/</sup>	31,8	5,0	-84,34%	
Funcafé	26,6	28,5	7,34%	
Revitaliza	50,5	4,6	-90,89%	
Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	240,0	32,3	-86,52%	
Operações de Microcredito Produtivo Orientado (EQMPO)	70,5	72,1	2,17%	
Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD) 8/	0,0	0,1	-	
Fundo nacional de desenvolvimento (FND) <sup>6/</sup>	-15,7	0,0	-	
Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	0,0	0,0	-	
Capitalização à Emgea	0,0	0,0	-	
Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	63,9	103,3	61,75%	
Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	971,6	895,8	-7,81%	
Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) <sup>9/</sup>	7.167,8	8.141,7	13,59%	
Capitalização da Petrobras	0,0	0,0	-	
Outras Despesas de Custeio e Capital	49.034,3	56.507,6	15,24%	
Sentenças Judiciais e Precatórios	111,5	174,2	56,26%	
Legislativo	336,7	329,2	-2,20%	
Judiciário	1.585,3	1.610,2	1,57%	
Crédito Extraordinário (Exclui-PAC)	519,6	2.390,0	359,97%	
Programa de Aceleração do Crescimento - PAC	8.904,2	9.855,5	10,68%	
Outras Obrigatórias 10/	1.573,5	594,9	-62,19%	
Discricionárias	36.003,6	41.553,5	15,42%	
Compensação RGPS <sup>11/</sup>	0,0	0,0	-	
Transferência do Tesouro ao Banco Central	537,2	572,1	6,51%	
Benefícios Previdenciários	70.534,8	80.650,9	14,34%	
Beneficios Previdenciários - Urbano <sup>3/</sup>	54.569,7	62.645,6	14,80%	
Sentenças Judiciais e Precatórios	613,9	961,2	56,57%	
Benefícios Previdenciários - Rural <sup>3/</sup>	15.965,1	18.005,3	12,78%	
Sentenças Judiciais e Precatórios	180,3	283,2	57,09%	
Despesas do Banco Central	706,0	831,2	17,73%	
Memo:		2		
Parcela patronal da CPSS <sup>2/</sup>	3.113,9	3.073,3	-1,30%	
RMV <sup>8/</sup> Obs.: Dados sujeitos a alteração.	461,3	449,4	-2,57%	

<sup>1/</sup>Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única.

<sup>2/</sup> Exclui a parcela patronal da CPSS do servidor público federal.

<sup>3/</sup> Fonte: Ministério da Previdência Social. A Apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

<sup>4/</sup> Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

<sup>5/</sup> Inclui retornos derivados de decisões judiciais relativas aos programas "Unificados Rurais" e "Unificados Industriais".

<sup>6/</sup> Concessão de empréstimos menos retornos.

<sup>7/</sup> Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada a inscrição em Dívida Ativa da União.

<sup>8/</sup> Operações de crédito direcionadas exclusivamente para a aquisição de bens e serviços de tecnologia assistiva destinados a pessoas com deficiência, nos termos da Lei nº 12.613/2012. Concessão de empréstimos

<sup>9/</sup> Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.

<sup>10/</sup> A partir de 01/03/2012, inclui despesas realizadas com recursos de complementação do FGTS, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

<sup>11/</sup> Despesa correspondente à compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) em função da desoneração da folha de pagamentos, conforme previsto na Lei nº 12.715/2012.

Tabela 5.1. Investimento do Governo Federal por Órgão  $^{1/}$  - Brasil - Acumulado no Ano R\$ Milhões



		Jan-Mar/2012					Jan-Mar/2013					
Discriminação	Dotação	_	_	Des	pesas pagas no ar	10 <sup>2/</sup>	Dotação	_	_	Des	pesas pagas no an	o <sup>2/</sup>
Disci mimayau	autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa Executada	Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos <sup>3/</sup>	Total	autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa Executada	Valor pago do exercício		Total
INVESTIMENTO TOTAL	93.344,4	7.521,7	968,2	923,1	14.748,2	15.671,2	33.124,8	8.630,0	699,8	685,2	16.144,8	16.830,0
Câmara dos Deputados	207,6	5,2	0,1	0,1	7,7	7,8	74,7	9,8	0,0	0,0	9,3	9,3
Senado Federal	53,6	1,8	0,6	0,6	1,8	2,3	16,7	5,6	0,0	0,0	1,6	1,6
Tribunal de Contas da União	49,0	5,6	1,5	1,5	5,8	7,3	19,8	0,3	0,0	0,0	9,1	9,1
Supremo Tribunal Federal	56,5	4,2	0,4	0,4	3,7	4,2	5,8	2,1	0,3	0,3	1,6	1,9
Superior Tribunal de Justiça	24,5	3,3	0,0	0,0	4,7	4,8	11,6	0,2	0,0	0,0	3,4	3,5
Justiça Federal	263,3	457,4	2,5	2,4	49,7	52,1	91,4	476,5	0,9	0,9	43,9	44,8
Justiça Militar	18,0	0,1	0,0	0,0	2,8	2,8	4,7	0,1	0,0	0,0	2,9	2,9
Justiça Eleitoral	260,2	6,6	0,5	0,4	80,8	81,2	120,0	5,3	0,2	0,2	41,2	41,4
Justiça do Trabalho	530,1	50,2	5,8	5,7	50,5	56,2	195,8	7,4	0,9	0,7	153,8	154,5
Justiça do Trabalho do Distrito Federal e dos Territórios	75,6	7,0	0,4	0,4	13,7	14,1	30,8	4,4	0,4	0,4	23,3	23,6
Conselho Nacional de Justiça	95,1	0,5	0,0	0,0	55,4	55,4	24,2	0,1	0,0	0,0	16,0	16,0
Presidência da República <sup>4/</sup>	2.185,9	27,2	0,8	0,1	143,9	144,0	1.536,3	4,7	0,8	0,8	722,7	723,5
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	202,6	4,7	0,1	0,1	80,7	80,7	713,7	419,8	56,7	56,7	13,9	70,6
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	1.825,2	0,3	0,0	0,0	96,1	96,1	94,9	0,0	0,0	0,0	210,1	210,1
Ministério da Ciência e Tecnologia	1.908,7	163,9	31,0	7,7	126,3	134,1	579,8	11,9	1,4	1,4	169,4	170,8
Ministério da Fazenda	1.049,9	83,9	18,9	18,5	176,0	194,6	1.189,5	35,0	0,5	0,5	98,0	98,5
Ministério da Educação	12.279,9	757,2	55,1	51,9	2.019,2	2.071,1	4.085,6	69,6	14,6	14,0	2.650,1	2.664,2
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	204,8	8,0	1,3	1,3	17,4	18,7	44,9	0,0	0,0	0,0	11,1	11,1
Ministério da Justiça	2.400,8	49,3	0,4	0,2	95,8	96,0	634,5	54,1	0,1	0,0	336,9	336,9
Ministério de Minas e Energia	112,8	11,0	2,0	1,9	12,0	13,9	39,5	3,1	0,1	0,1	19,9	20,0
Ministério da Previdência Social	277,4	41,0	0,9	0,3	21,5	21,8	53,6	0,5	0,0	0,0	40,8	40,8
Ministério Público da União	208,7	1,6	0,2	0,1	92,1	92,2	59,1	0,0	0,0	0,0	37,0	37,0
Ministério das Relações Exteriores	71,0	8,5	7,4	7,4	1,1	8,5	14,9	0,1	0,0	0,0	3,8	3,8
Ministério da Saúde	9.698,4	442,0	123,9	109,0	665,2	774,3	2.094,6	42,0	2,2	0,9	886,3	887,2
Ministério do Trabalho e Emprego	89,0	3,5	0,0	0,0	9,6	9,6	20,5	0,0	0,0	0,0	17,8	17,8
Ministério dos Transportes	17.758,2	2.102,7	25,1	25,1	1.674,7	1.699,8	5.768,5	1.185,1	43,0	42,9	2.156,1	2.199,1
Ministério das Comunicações	433,4	3,7	0,0	0,0	25,0	25,0	133,4	2,8	0,0	0,0	74,7	74,7
Ministério da Cultura	646,7	298,5	0,1	0,1	20,7	20,8	281,4	0,0	0,0	0,0	66,9	66,9
Ministério do Meio Ambiente	228,6	2,1	0,2	0,2	17,9	18,1	108,4	1,8	0,0	0,0	18,8	18,8
Ministério do Desenvolvimento Agrário	2.446,9	96,7	0,0	0,0	100,6	100,6	1.025,5	0,0	0,0	0,0	459,8	459,8
Ministério do Esporte	1.468,6	0,0	0,0	0,0	147,8	147,8	318,3	2,5	0,0	0,0	158,3	158,3
Ministério da Defesa	9.279,1	2.271,8	582,8	581,2	1.068,4	1.649,6	4.793,1	2.853,2	520,0	513,6	1.574,3	2.087,9
Ministério da Integração Nacional	6.473,4	453,0	97,2	97,2	592,1	689,3	2.425,3	262,0	50,6	46,9	573,4	620,3
Ministério do Turismo	1.907,9	0,5	0,0	0,0	156,8	156,8	817,6	0,0	0,0	0,0	143,6	143,6
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	1.146,6	2,8	0,4	0,4	262,0	262,5	299,9	0,0	0,0	0,0	229,6	229,6
Ministério das Cidades	17.262,1	145,1	8,3	8,3	6.820,0	6.828,4	5.372,4	3.170,1	7,1	4,9	5.160,7	5.165,6
Ministério da Pesca e Agricultura	125,8	0,7	0,0	0,0	28,5	28,5	20,8	0,0	0,0	0,0	4,0	4,0
Conselho Nacional do Ministério Público	18,5	0,0	0,0	0,0	0,3	0,3	3,0	0,0	0,0	0,0	0,5	0,5

Obs.: Dados sujeitos a alteração

<sup>1/</sup> Corresponde ao investimento dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, contemplando grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), com exceção das despesas financeiras. Inclui despesas com o Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - MCMV, conforme MP nº 516/2012.

<sup>2/</sup> Despesas pagas correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela 1.1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

<sup>3/</sup> Inclui Ordens Bancárias do último dia do ano anterior, com impacto no caixa no ano de referência. Exclui Ordens Bancárias do último dia do mês de referência, com impacto no caixa do período seguinte.

<sup>4/</sup> Inclui Gabinete da Presidência, Vice-Gabinete da Presidência e Advocacia Geral da União.

Tabela 6.1. Execução Financeira do Tesouro Nacional  $^{1/}$  - Brasil - Mensal R\$ Milhões



	2012	201	.3	Variaçâ	Variação (%)		
Discriminação	Março	Fevereiro	Março	Mar/13	Mar/13		
	Iviaiço	revelello	Iviaiço	Fev/13	Mar/12		
FLUXO FISCAL							
1. RECEITAS	85.124,0	102.351,5	83.549,9	-18,37%	-1,85%		
1.1. Recolhimento Bruto	59.683,1	76.961,5	57.808,9	-24,89%	-3,14%		
1.2. (-) Incentivos Fiscais	-31,8	0,0	0,0	-	-		
1.3. Outras Operações Oficiais de Crédito	1.667,1	1.623,1	1.178,6	-27,38%	-29,30%		
1.4. Receita das Operações de Crédito	179,1	150,3	111,9	-25,53%	-37,53%		
1.5. Receita do Salário Educação	1.239,6	1.442,2	1.393,7	-3,36%	12,43%		
1.6. Arrecadação Líquida da Previdência Social	22.386,9	22.174,6	23.056,8	3,98%	2,99%		
1.7. Remuneração de Disponibilidades - BB	0,0	0,0	0,0	-	-		
2. DESPESAS	91.700,3	113.593,0	87.892,1	-22,63%	-4,15%		
2.1. Liberações Vinculadas	15.871,3	26.576,9	16.004,0	-39,78%	0,84%		
Transferências a Fundos Constitucionais	10.085,4	17.392,3	10.118,7	-41,82%	0,33%		
Demais transferências a Estados e Municípios	2.051,9	4.890,5	2.218,0	-54,65%	8,09%		
Transferência da Lei Complementar 87	162,5	0,0	0,0	-	-		
Outras Vinculações	3.571,5	4.294,1	3.667,4	-14,59%	2,69%		
2.2. Liberações Ordinárias	75.829,0	87.016,0	71.888,1	-17,39%	<i>-5,20%</i>		
Pessoal e Encargos Sociais	15.066,5	16.536,3	17.269,1	4,43%	14,62%		
Encargos da Dívida Contratual	112,9	73,4	572,9	680,66%	407,28%		
Dívida Contratual Interna	94,6	70,7	68,7	-2,85%	-27,41%		
Dívida Contratual Externa	18,3	2,7	504,2	-	-		
Encargos da DPMF - Mercado	5.142,1	11.009,1	6.783,6	-38,38%	31,92%		
Benefícios Previdenciários	28.951,3	33.332,6	21.178,9	-36,46%	-26,85%		
Custeio e Investimento	26.157,8	25.625,7	25.107,9	-2,02%	-4,01%		
Operações Oficiais de Crédito	398,5	438,9	975,7	122,30%	144,87%		
Restos a Pagar	-	-	-	-	-		
3. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (1 - 2)	-6.576,3	-11.241,4	-4.342,1	-61,37%	-33,97%		
FLUXO DE FINANCIAMENTO							
4. RECEITAS	28.755,6	24.626,3	27.865,8	13,15%	-3,09%		
4.1. Emissão de Títulos - Mercado	26.951,0	22.158,5	26.412,7	19,20%	-2,00%		
4.2. Outras Operações de Crédito	1.804,6	2.467,8	1.453,0	-41,12%	-19,48%		
5. DESPESAS	23.853,3	824,9	51.423,6	-	115,58%		
5.1. Amortização da Dívida Interna	23.812,2	819,7	50.911,4	-	113,80%		
Resgate de Títulos - Mercado	23.577,1	595,5	50.689,1	-	114,99%		
Dívida Contratual	235,1	224,2	222,2	-0,87%	-5,47%		
5.2. Amortização da Dívida Externa	41,1	5,2	512,2	-	-		
5.3. Aquisição de Garantias/Outras Liberações	0,0	0,0	0,0	-	-		
6. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (4.1 - 5.1)	3.373,9	21.563,0	-24.276,4	-212,58%	-819,53%		
7. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN	52.629,9	-537,6	37.593,0	-	-28,57%		
8. FLUXO DE CAIXA TOTAL (3 + 4 + 5 + 7)	50.955,9	12.022,4	9.693,0	-19,38%	-80,98%		

<sup>1/</sup> Valores apurados pelo conceito de "Liberação", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio da emissão de OB's.

Tabela 6.2. Execução Financeira do Tesouro Nacional  $^{1/}$  - Brasil - Acumulado no Ano R\$ Milhões



Discriminação   Jan-Mar   Jan-Jan-Jan-Jan   Jan-Jan-Jan-Jan-Jan-Jan-Jan-Jan-Jan-Jan-		2012	2013	Variação (%)
International Page   Interna	Discriminação	lan-Mar	lan-Mar	Jan-Mar/13
1. RECEITAS         258.297.1         274.220,3         6,16%           1.1. Recolhimento Bruto         18.6.802.8         196.561.8         5,22%           1.2. (-) Incentivos Fiscais         -31.8         -5,4         -82,96%           1.3. Outras Operações Oficiais de Crédito         5088.3         4.559.9         -10,39%           1.4. Receita das Operações de Crédito         702.0         788,5         11,23%           1.5. Receita do Salário Educação         4.665.3         5.214.8         11,78%           1.5. Receita do Salário Educação         4.665.3         5.214.8         11,78%           1.6. Arrecadação Liquida do Previdência Social         6.000.6         67.100.8         9.87%           1.7. Remuneração de Disponibilidades - B8         0,0         0,0         0,0         -2.0           2. DESPESAS         267.698,8         291.129,9         8,75%           2.1. Uberoções Winculadas         \$8.000,4         62.308,2         7,43%           7. Transferências a Estados e Municípios         8.674,8         9.254,7         6,69%           Transferência da Lei Complementar 87         487,5         0,0         -           Outras Vinculações         11.972,0         12.429,4         3,82%           2.2. Liberoções Unidarias         20		Jan-Iviai	Jaii-iviai	Jan-Mar/12
1.1. Recolhimento Bruto 1.2. (-) Incentivos Fiscais 1.3. Outras Operações Oficiais de Crédito 1.3. Outras Operações Oficiais de Crédito 1.4. Recelta das Operações de Crédito 1.5. Receita do Salário Educação 1.5. Receita do Salário Educação 1.6. Arrecadação Liquida da Previdência Social 1.7. Remunareção de Disponibilidades - BB 0,0,0,0,0,0 1.7. Remunareção de Disponibilidades - BB 0,0,0,0,0,0,0,0,0,0,0,0,0,0,0,0,0,0,0	FLUXO FISCAL			
1.2. (-) Incentivos Fiscais 1.3. Outras Operações Oficiais de Crédito 1.5. Receita dos Operações oficiais de Crédito 1.5. Receita dos Operações de Crédito 1.5. Receita dos Operações de Crédito 1.5. Receita dos Salário Educação 1.6. Arrecadação Líquida da Previdência Social 2. DESPESAS 26. 76.98. 27. Líberações Vinculadas 27. Assancia Socials 28. 8. 8. 8. 8. 8. 92. 92. 121. 99. 8. 75%. 28. 11. Líberações Vinculadas 28. 8. 8. 8. 8. 8. 92. 92. 121. 99. 8. 75%. 29. Líberações Vinculações 29. 8. 8. 8. 8. 8. 8. 92. 92. 92. 92. 92. 92. 92. 92. 92. 92	1. RECEITAS	258.297,1	274.220,3	6,16%
1.3. Outras Operações Oficiais de Crédito       5.088,3       4.559,9       -10,39%         1.4. Receita das Operações de Crédito       702,0       788,5       12,22%         1.5. Receita do Salário Educação       4.665,3       5.214,8       11,78%         1.6. Arrecadação Líquida da Previdência Social       61,070,6       67,100,8       9,7%         1.7. Remuneração de Disponibilidades - BB       0,0       0,0       -         2. DESPESAS       267,698,8       291,129,9       8,75%         2. Liberações Vinculadas       36,866,1       40,624,1       10,19%         Demais transferências a Fundos Constitucionais       36,866,1       40,624,1       10,19%         Demais transferências a Estados e Municípios       8,674,8       9,254,7       6,69%         Transferências a Estados e Municípios       1,174,7       487,5	1.1. Recolhimento Bruto	186.802,8	196.561,8	5,22%
1.4. Receita das Operações de Crédito 1.5. Receita do Salário Educação 1.6. Arrecadação Líquida da Previdência Social 1.7. Remuneração de Disponibilidades - B8 0.0 0.0 0.0 . 2. DESPESAS 267.698,8 2911.29,9 8.75% 2.1. Liberações Vinculadas Transferências a Evados Constitucionais Demais transferências a Estados e Municípios Transferências a Estados e Municípios Benárel da Lei Complementar 87 0.0 0.0 0.0 0.0 0.0 0.0 0.0 0.0 0.0 0.0	1.2. (-) Incentivos Fiscais	-31,8	-5,4	-82,96%
1.5. Receita do Salário Educação 1.6. Arrecadação Líquida da Previdência Social 1.7. Remuneração de Disponibilidades - BB 0.0 0.0 0.0 0.0 0.0 0.0 0.0 0.0 0.0 0	1.3. Outras Operações Oficiais de Crédito	5.088,3	4.559,9	-10,39%
1.6. Arrecadação Líquida da Previdência Social 1.7. Remuneração de Disponibilidades - BB 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0	1.4. Receita das Operações de Crédito	702,0	788,5	12,32%
1.7. Remuneração de Disponibilidades - BB 2. DESPESAS 267.689.8 267.689.8 21.129.9 8.75% 2.1. Liberações Vinculadas Transferências a Fundos Constitucionais Demais transferências a Estados e Municípios 8.674.8 9.254.7 6.69% Transferência da Lei Complementar 87 487.5 0.0 0. 0. 0. 0. 0. 0. 0. 0. 0. 0. 0. 0.	1.5. Receita do Salário Educação	4.665,3	5.214,8	11,78%
2. DESPESAS         297.698,8         291.129,9         8,75%           2.1. Liberações Vinculadas         \$8.000,4         62.308,2         7,43%           Transferências a Estados e Municípios         8.674,8         9.254,7         6,69%           Transferências a Estados e Municípios         8.674,8         9.254,7         6,69%           Transferência da Lei Complementar 87         487,5         0,0         -           Outras Vinculações         11.972,0         12.429,4         3.82%           2.2. Liberações Ordinárias         203.698,5         228.821,8         9,12%           Pessoal e Encargos Sociais         47.555,8         50.969,3         7,18%           Encargos da Divida Contratual Interna         1.784,2         1.706,3         4,37%           Divida Contratual Interna         253,6         191,8         -24,36%           Divida Contratual Externa         1.530,5         1.514,5         -1,05%           Encargos da Divida Contratual Externa         1.530,5         1.514,5         -1,05%           Encargos da Divida Contratual Externa         1.530,5         1.514,5         -1,05%           Encargos da Divida Contratual         5.098,1         73.256,5         12,65%           Operações Oficiais de Crédito         3.094,2         <	1.6. Arrecadação Líquida da Previdência Social	61.070,6	67.100,8	9,87%
2.1. Liberações Vinculadas         58.00.4         62.308,2         7.43%           Transferências a Fundos Constitucionais         36.866,1         40.624,1         10,19%           Demais transferências a Estados e Municípios         8.674,8         9.254,7         6,69%           Transferência da Lei Complementar 87         487,5         0,0         -           Outras Vinculações         11.972,0         12.429,4         3,82%           2.2. Liberações Ordinárias         205.698,5         228.821,8         9,12%           Pessoal e Encargos Sociais         47.555,8         50.969,3         7,18%           Encargos da Divida Contratual         1.784,2         1.706,3         -4,37%           Divida Contratual Interna         253,6         191,8         -24,36%           Divida Contratual Externa         1.530,5         1.514,5         -1,05%           Encargos da DPMF - Mercado         15.793,1         24.827,2         57,20%           Benefícios Previdenciários         76.442,0         75.566,2         -1,15%           Custeio e Investimento         65.028,1         73.256,5         12,65%           Operações Oficiais de Crédito         3.095,4         2.496,3         -19,35%           Restos a Pagar         0,0         0,0 <td< td=""><td>1.7. Remuneração de Disponibilidades - BB</td><td>0,0</td><td>0,0</td><td>-</td></td<>	1.7. Remuneração de Disponibilidades - BB	0,0	0,0	-
Transferências a Fundos Constitucionais         36.866,1         40.624,1         10,19%           Demais transferências a Estados e Municípios         8.674,8         9.254,7         6,69%           Transferência da Lei Complementar 87         487,5         0,0         -           Outras Vinculações         11.972,0         12.429,4         3,82%           2.2. Liberações Ordinárias         206,698,5         228.821,8         9,12%           Pessoal e Encargos Sociais         47.555,8         50.969,3         7,18%           Encargos da Divida Contratual         1.784,2         1.706,3         -4,37%           Divida Contratual Interna         253,6         191,8         -24,36%           Divida Contratual Externa         1.539,5         1.514,5         -1,05%           Encargos da DPMF - Mercado         15.793,1         24.827,2         57,00%           Benefícios Previdenciários         76.442,0         75.566,2         -1,15%           Custeio e Investimento         65.028,1         73.256,5         12,65%           Operações Oficiais de Crédito         3.095,4         2.496,3         19,35%           Restos a Pagar         0,0         0,0         -           3. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (1-2)         9-401,7         16.909,6	2. DESPESAS	267.698,8	291.129,9	8,75%
Demais transferências a Estados e Municípios         8.674,8         9.254,7         6,69%           Transferência da Lei Complementar 87         487,5         0,0         -           Outras Vinculações         11.972,0         12.429,4         3,82%           2.2. Liberações Ordinárias         209,698,5         228.821,8         9,12%           Pessoal e Encargos Sociais         47,555,8         50,969,3         7,18%           Encargos da Dívida Contratual         1,784,2         1,706,3         4,37%           Dívida Contratual Interna         253,6         191,8         -24,36%           Dívida Contratual Externa         1,530,5         1,514,5         -1,05%           Encargos da DPMF - Mercado         15,793,1         24,827,2         57,20%           Beneficios Previdenciários         76,442,0         75,566,2         -1,15%           Custeio e Investimento         65,028,1         73,256,5         12,65%           Restos a Pagar         0,0         0,0         -           Restos a Pagar         0,0         0,0         -           Restos a Pagar         0,0         0,0         -           **** **LUXO DE FINANCIAMENTO         **18.825,0         77,696,4         -58,85%           **L. Emissão de Títulos	2.1. Liberações Vinculadas	58.000,4	62.308,2	7,43%
Transferência da Lei Complementar 87 Outras Vinculações 11.972,0 12.429,4 3,82% 2.2. Liberações Ordinários 209,698,5 228,821,8 Pessoal e Encargos Socials A7.555,8 Encargos da Dívida Contratual Dívida Contratual Interna 253,6 Dívida Contratual Externa 1.530,5 Encargos da DPMF - Mercado 15.793,1 Custeio e Investimento 65.028,1 Operações Oficiais de Crédito 3.095,4 Restos a Pagar 0,0 0,0 0,0 - 3. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (1 - 2) -9.401,7 -16.909,6 -7.696,4 -58,85% 4.1. Emissão de Títulos - Mercado 4.2. Outras Operações de Crédito 6.428,6 5.635,8 -12,33% 5.1. Amortização da Dívida Interna 133.503,6 Resgate de Títulos - Mercado 132.866,2 161.477,8 Encargos da Divida Interna 133.503,6 162.065,9 21,39% Resgate de Títulos - Mercado 132.866,2 161.477,8 21,53% Dívida Contratual 5.2. Amortização da Dívida Externa 1.270,9 534,3 5.3. Aquisição de Garantias/Outras Liberações 0,0 0,0 0,0 0,0 0,0 0,0 0,0 0,0 0,0 0,	Transferências a Fundos Constitucionais	36.866,1	40.624,1	10,19%
Outras Vinculações         11.972,0         12.429,4         3,82%           2.2. Liberações Ordinárias         209.698,5         228.821,8         9,12%           Pessoal e Encargos Sociais         47.555,8         50.969,3         7,18%           Encargos da Dívida Contratual Interna         1.784,2         1.706,3         -4,37%           Dívida Contratual Interna         253,6         191,8         -24,36%           Dívida Contratual Externa         1.530,5         1.514,5         -1,05%           Encargos da DPMF - Mercado         15.793,1         24.827,2         57,20%           Benefícios Previdenciários         76.442,0         75.566,2         -1,15%           Custeio e Investimento         65.028,1         73.256,5         12,65%           Operações Oficiais de Crédito         3.095,4         2.496,3         -19,35%           Restos a Pagar         0,0         0,0         -           3. RESULTADO FINANCIAMENTO         -9.401,7         -16.909,6         79,86%           FLUXO DE FINANCIAMENTO         188.825,0         77.696,4         -58,85%           4.1. Emissão de Títulos - Mercado         182.396,4         72.00,6         -60,49%           4.2. Outras Operações de Crédito         6.428,6         5.635,8         -12,33%<	Demais transferências a Estados e Municípios	8.674,8	9.254,7	6,69%
2.2. Liberações Ordinárias         209.698,5         228.821,8         9,12%           Pessoal e Encargos Sociais         47.555,8         50.969,3         7,18%           Encargos da Dívida Contratual         1.784,2         1.706,3         -4,37%           Dívida Contratual Interna         253,6         191,8         -24,36%           Dívida Contratual Externa         1.530,5         1.514,5         -1,05%           Encargos da DPMF - Mercado         15.793,1         24.827,2         57,20%           Benefícios Previdenciários         76.442,0         75.566,2         -1,15%           Custeio e Investimento         65.028,1         73.256,5         12,65%           Operações Oficiais de Crédito         3.095,4         2.496,3         -19,35%           Restos a Pagar         0,0         0,0         -           3. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (1 - 2)         -9.401,7         -16.909,6         79,86%           FUXXO DE FINANCIAMENTO         4.1. Emissão de Títulos - Mercado         188.825,0         77.696,4         -58,85%           4.1. Emissão de Títulos - Mercado         188.825,0         77.696,4         -58,85%           5.1. Amortização da Dívida Interna         133.503,6         162.060,2         20,65%           5.1. Amortização da Dívida Ex	Transferência da Lei Complementar 87	487,5	0,0	-
Pessoal e Encargos Sociais         47.555,8         50.969,3         7,18%           Encargos da Dívida Contratual         1.784,2         1.706,3         -4,37%           Dívida Contratual Interna         253,6         191,8         -24,36%           Dívida Contratual Externa         1.530,5         1.514,5         -1,05%           Encargos da DPMF - Mercado         15.793,1         24.827,2         57,20%           Benefícios Previdenciários         76.442,0         75.566,2         -1,15%           Custeio e Investimento         65.028,1         73.256,5         12,65%           Operações Oficiais de Crédito         3.095,4         2.496,3         -19,35%           Restos a Pagar         0,0         0,0         -         -           RESULTADO FINANCIAMENTO         -9.401,7         -16.909,6         79,86%           FUXO DE FINANCIAMENTO         -8.85%         -6.428,6         5.635,8         -12,33%           4.1. Emissão de Títulos - Mercado         182.396,4         72.060,6         -60,49%           4.2. Outras Operações de Crédito         6.428,6         5.635,8         -12,33%           5. DESPESAS         134.774,5         162.600,2         20,65%           5.1. Amortização da Dívida Interna         133.503,6 <td< td=""><td>Outras Vinculações</td><td>11.972,0</td><td>12.429,4</td><td>3,82%</td></td<>	Outras Vinculações	11.972,0	12.429,4	3,82%
Encargos da Dívida Contratual Dívida Contratual Interna Dívida Contratual Interna Dívida Contratual Interna Dívida Contratual Externa Dívida Contratual Dívida Contratua	2.2. Liberações Ordinárias	209.698,5	228.821,8	9,12%
Dívida Contratual Interna         253,6         191,8         -24,36%           Dívida Contratual Externa         1.530,5         1.514,5         -1,05%           Encargos da DPMF - Mercado         15,793,1         24,827,2         57,20%           Benefícios Previdenciários         76,442,0         75,566,2         -1,15%           Custeio e Investimento         65,028,1         73,256,5         12,65%           Operações Oficiais de Crédito         3,095,4         2,496,3         -19,35%           Restos a Pagar         0,0         0,0         -           3. RESULTADO FINANCIAMENTO         -9,401,7         -16,909,6         79,86%           FLUXO DE FINANCIAMENTO         -8,855,9         77,696,4         -58,85%           4.1. Emissão de Títulos - Mercado         182,396,4         72,060,6         -60,49%           4.2. Outras Operações de Crédito         6,428,6         5,635,8         -12,33%           5. DESPESAS         134,774,5         162,600,2         20,65%           5.1. Amortização da Dívida Interna         133,503,6         162,065,9         21,39%           Resgate de Títulos - Mercado         132,866,2         161,477,8         21,53%           Dívida Contratual         637,3         588,1         -7,73%	Pessoal e Encargos Sociais	47.555,8	50.969,3	7,18%
Dívida Contratual Externa   1.530,5   1.514,5   -1,05%	Encargos da Dívida Contratual	1.784,2	1.706,3	-4,37%
Encargos da DPMF - Mercado         15.793,1         24.827,2         57,20%           Benefícios Previdenciários         76.442,0         75.566,2         -1,15%           Custeio e Investimento         65.028,1         73.256,5         12,65%           Operações Oficiais de Crédito         3.095,4         2.496,3         -19,35%           Restos a Pagar         0,0         0,0         0,0         -           3. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (1 - 2)         -9.401,7         -16.909,6         79,86%           FLUXO DE FINANCIAMENTO           4. RECEITAS         188.825,0         77.696,4         -58,85%           4.1. Emissão de Títulos - Mercado         182.396,4         72.060,6         -60,49%           4.2. Outras Operações de Crédito         6.428,6         5.635,8         -12,33%           5. DESPESAS         134.774,5         162.600,2         20,65%           5.1. Amortização da Dívida Interna         133.503,6         162.065,9         21,39%           Resgate de Títulos - Mercado         132.866,2         161.477,8         21,53%           Dívida Contratual         637,3         588,1         -7,73%           5.2. Amortização da Dívida Externa         1.270,9         534,3         -57,96%           5.3.	Dívida Contratual Interna	253,6	191,8	-24,36%
Benefícios Previdenciários         76.442,0         75.566,2         -1,15%           Custeio e Investimento         65.028,1         73.256,5         12,65%           Operações Oficiais de Crédito         3.095,4         2.496,3         -19,35%           Restos a Pagar         0,0         0,0         0,0         -           3. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (1 - 2)         -9.401,7         -16.909,6         79,86%           FLUXO DE FINANCIAMENTO           4. RECEITAS         188.825,0         77.696,4         -58,85%           4.1. Emissão de Títulos - Mercado         182.396,4         72.060,6         -60,49%           4.2. Outras Operações de Crédito         6.428,6         5.635,8         -12,33%           5. DESPESAS         134.774,5         162.600,2         20,65%           5.1. Amortização da Dívida Interna         133.503,6         162.065,9         21,39%           Resgate de Títulos - Mercado         132.866,2         161.477,8         21,53%           Dívida Contratual         637,3         588,1         -7,73%           5.2. Amortização da Dívida Externa         1.270,9         534,3         -57,96%           5.3. Aquisição de Garantias/Outras Liberações         0,0         0,0         -6	Dívida Contratual Externa	1.530,5	1.514,5	-1,05%
Custeio e Investimento         65.028,1         73.256,5         12,65%           Operações Oficiais de Crédito         3.095,4         2.496,3         -19,35%           Restos a Pagar         0,0         0,0         -           3. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (1 - 2)         -9.401,7         -16.909,6         79,86%           FLUXO DE FINANCIAMENTO	Encargos da DPMF - Mercado	15.793,1	24.827,2	57,20%
Operações Oficiais de Crédito         3.095,4         2.496,3         -19,35%           Restos a Pagar         0,0         0,0         -           3. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (1 - 2)         -9.401,7         -16.909,6         79,86%           FLUXO DE FINANCIAMENTO           4. RECEITAS         188.825,0         77.696,4         -58,85%           4.1. Emissão de Títulos - Mercado         182.396,4         72.060,6         -60,49%           4.2. Outras Operações de Crédito         6.428,6         5.635,8         -12,33%           5. DESPESAS         134.774,5         162.600,2         20,65%           5.1. Amortização da Dívida Interna         133.503,6         162.065,9         21,39%           Resgate de Títulos - Mercado         132.866,2         161.477,8         21,53%           Dívida Contratual         637,3         588,1         -7,73%           5.2. Amortização da Dívida Externa         1.270,9         534,3         -57,96%           5.3. Aquisição de Garantias/Outras Liberações         0,0         0,0         -           6. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (4.1 - 5.1)         49.530,2         -89.417,2         -280,53%           7. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN         47.783,3         17.949,5         -62,44%	Benefícios Previdenciários	76.442,0	75.566,2	-1,15%
Restos a Pagar       0,0       0,0       -         3. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (1 - 2)       -9.401,7       -16.909,6       79,86%         FLUXO DE FINANCIAMENTO         4. RECEITAS       188.825,0       77.696,4       -58,85%         4.1. Emissão de Títulos - Mercado       182.396,4       72.060,6       -60,49%         4.2. Outras Operações de Crédito       6.428,6       5.635,8       -12,33%         5. DESPESAS       134.774,5       162.600,2       20,65%         5.1. Amortização da Dívida Interna       133.503,6       162.065,9       21,39%         Resgate de Títulos - Mercado       132.866,2       161.477,8       21,53%         Dívida Contratual       637,3       588,1       -7,73%         5.2. Amortização da Dívida Externa       1.270,9       534,3       -57,96%         5.3. Aquisição de Garantias/Outras Liberações       0,0       0,0       -         6. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (4.1 - 5.1)       49.530,2       -89.417,2       -280,53%         7. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN       47.783,3       17.949,5       -62,44%	Custeio e Investimento	65.028,1	73.256,5	12,65%
3. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (1 - 2)  FLUXO DE FINANCIAMENTO  4. RECEITAS  188.825,0  77.696,4  -58,85%  4.1. Emissão de Títulos - Mercado  4.2. Outras Operações de Crédito  5. DESPESAS  5. DESPESAS  5.1. Amortização da Dívida Interna  Resgate de Títulos - Mercado  132.866,2  Dívida Contratual  637,3  5.2. Amortização da Dívida Externa  1.270,9  5.3. Aquisição de Garantias/Outras Liberações  6. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (4.1 - 5.1)  7. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN  188.825,0  77.696,4  -58,85%  77.696,4  7.696,4  7.696,4  7.696,4  7.696,4  7.696,6  7.696,4  7.696,6  6. 428,6  5.635,8  -12,33%  162.600,2  20,65%  134.774,5  162.600,2  20,65%  134.774,5  162.600,2  20,65%  132.866,2  161.477,8  21,53%  21,53%  21,53%  22,53%  23,30,2  24,417,2  24,44%	Operações Oficiais de Crédito	3.095,4	2.496,3	-19,35%
FLUXO DE FINANCIAMENTO         4. RECEITAS       188.825,0       77.696,4       -58,85%         4.1. Emissão de Títulos - Mercado       182.396,4       72.060,6       -60,49%         4.2. Outras Operações de Crédito       6.428,6       5.635,8       -12,33%         5. DESPESAS       134.774,5       162.600,2       20,65%         5.1. Amortização da Dívida Interna       133.503,6       162.065,9       21,39%         Resgate de Títulos - Mercado       132.866,2       161.477,8       21,53%         Dívida Contratual       637,3       588,1       -7,73%         5.2. Amortização da Dívida Externa       1.270,9       534,3       -57,96%         5.3. Aquisição de Garantias/Outras Liberações       0,0       0,0       -         6. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (4.1 - 5.1)       49.530,2       -89.417,2       -280,53%         7. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN       47.783,3       17.949,5       -62,44%	Restos a Pagar	0,0	0,0	-
4. RECEITAS       188.825,0       77.696,4       -58,85%         4.1. Emissão de Títulos - Mercado       182.396,4       72.060,6       -60,49%         4.2. Outras Operações de Crédito       6.428,6       5.635,8       -12,33%         5. DESPESAS       134.774,5       162.600,2       20,65%         5.1. Amortização da Dívida Interna       133.503,6       162.065,9       21,39%         Resgate de Títulos - Mercado       132.866,2       161.477,8       21,53%         Dívida Contratual       637,3       588,1       -7,73%         5.2. Amortização da Dívida Externa       1.270,9       534,3       -57,96%         5.3. Aquisição de Garantias/Outras Liberações       0,0       0,0       -         6. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (4.1 - 5.1)       49.530,2       -89.417,2       -280,53%         7. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN       47.783,3       17.949,5       -62,44%	3. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (1 - 2)	-9.401,7	-16.909,6	79,86%
4.1. Emissão de Títulos - Mercado       182.396,4       72.060,6       -60,49%         4.2. Outras Operações de Crédito       6.428,6       5.635,8       -12,33%         5. DESPESAS       134.774,5       162.600,2       20,65%         5.1. Amortização da Dívida Interna       133.503,6       162.065,9       21,39%         Resgate de Títulos - Mercado       132.866,2       161.477,8       21,53%         Dívida Contratual       637,3       588,1       -7,73%         5.2. Amortização da Dívida Externa       1.270,9       534,3       -57,96%         5.3. Aquisição de Garantias/Outras Liberações       0,0       0,0       -         6. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (4.1 - 5.1)       49.530,2       -89.417,2       -280,53%         7. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN       47.783,3       17.949,5       -62,44%	FLUXO DE FINANCIAMENTO			
4.2. Outras Operações de Crédito       6.428,6       5.635,8       -12,33%         5. DESPESAS       134.774,5       162.600,2       20,65%         5.1. Amortização da Dívida Interna       133.503,6       162.065,9       21,39%         Resgate de Títulos - Mercado       132.866,2       161.477,8       21,53%         Dívida Contratual       637,3       588,1       -7,73%         5.2. Amortização da Dívida Externa       1.270,9       534,3       -57,96%         5.3. Aquisição de Garantias/Outras Liberações       0,0       0,0       -         6. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (4.1 - 5.1)       49.530,2       -89.417,2       -280,53%         7. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN       47.783,3       17.949,5       -62,44%	4. RECEITAS	188.825,0	77.696,4	-58,85%
5. DESPESAS       134.774,5       162.600,2       20,65%         5.1. Amortização da Dívida Interna       133.503,6       162.065,9       21,39%         Resgate de Títulos - Mercado       132.866,2       161.477,8       21,53%         Dívida Contratual       637,3       588,1       -7,73%         5.2. Amortização da Dívida Externa       1.270,9       534,3       -57,96%         5.3. Aquisição de Garantias/Outras Liberações       0,0       0,0       -         6. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (4.1 - 5.1)       49.530,2       -89.417,2       -280,53%         7. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN       47.783,3       17.949,5       -62,44%	4.1. Emissão de Títulos - Mercado	182.396,4	72.060,6	-60,49%
5.1. Amortização da Dívida Interna       133.503,6       162.065,9       21,39%         Resgate de Títulos - Mercado       132.866,2       161.477,8       21,53%         Dívida Contratual       637,3       588,1       -7,73%         5.2. Amortização da Dívida Externa       1.270,9       534,3       -57,96%         5.3. Aquisição de Garantias/Outras Liberações       0,0       0,0       -         6. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (4.1 - 5.1)       49.530,2       -89.417,2       -280,53%         7. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN       47.783,3       17.949,5       -62,44%	4.2. Outras Operações de Crédito	6.428,6	5.635,8	-12,33%
Resgate de Títulos - Mercado       132.866,2       161.477,8       21,53%         Dívida Contratual       637,3       588,1       -7,73%         5.2. Amortização da Dívida Externa       1.270,9       534,3       -57,96%         5.3. Aquisição de Garantias/Outras Liberações       0,0       0,0       -         6. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (4.1 - 5.1)       49.530,2       -89.417,2       -280,53%         7. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN       47.783,3       17.949,5       -62,44%	5. DESPESAS	134.774,5	162.600,2	20,65%
Dívida Contratual         637,3         588,1         -7,73%           5.2. Amortização da Dívida Externa         1.270,9         534,3         -57,96%           5.3. Aquisição de Garantias/Outras Liberações         0,0         0,0         -           6. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (4.1 - 5.1)         49.530,2         -89.417,2         -280,53%           7. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN         47.783,3         17.949,5         -62,44%	5.1. Amortização da Dívida Interna	133.503,6	162.065,9	21,39%
5.2. Amortização da Dívida Externa       1.270,9       534,3       -57,96%         5.3. Aquisição de Garantias/Outras Liberações       0,0       0,0       -         6. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (4.1 - 5.1)       49.530,2       -89.417,2       -280,53%         7. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN       47.783,3       17.949,5       -62,44%	Resgate de Títulos - Mercado	132.866,2	161.477,8	21,53%
5.3. Aquisição de Garantias/Outras Liberações       0,0       0,0       -         6. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (4.1 - 5.1)       49.530,2       -89.417,2       -280,53%         7. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN       47.783,3       17.949,5       -62,44%	Dívida Contratual	637,3	588,1	-7,73%
6. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (4.1 - 5.1)       49.530,2       -89.417,2       -280,53%         7. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN       47.783,3       17.949,5       -62,44%	5.2. Amortização da Dívida Externa	1.270,9	534,3	-57,96%
7. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN 47.783,3 17.949,5 -62,44%	5.3. Aquisição de Garantias/Outras Liberações	0,0	0,0	-
·	6. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (4.1 - 5.1)	49.530,2	-89.417,2	-280,53%
8. FLUXO DE CAIXA TOTAL (3 + 4 + 5 + 7) 92.432,1 -83.863,9 -190,73%	7. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN	47.783,3	17.949,5	-62,44%
	8. FLUXO DE CAIXA TOTAL (3 + 4 + 5 + 7)	92.432,1	-83.863,9	-190,73%

<sup>1/</sup> Valores apurados pelo conceito de "Liberação", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio da emissão de OB's.

Tabela 7.1. Relacionamento Tesouro Nacional e Banco Central  $^{1/}$  - Brasil - Mensal R\$ Milhões



	2012 2013		Variação (%)		
Discriminação	Março	Fevereiro	Março	Mar/13 Fev/13	Mar/13 Mar/12
1. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	107.629,9	5.462,4	55.593,0	917,74%	-48,35%
Emissão de Títulos	0,0	0,0	38.298,5	-	-
Remuneração das Disponibilidades	3.863,0	4.933,9	4.332,2	-12,20%	12,15%
Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	282,8	528,5	416,5	-21,20%	47,28%
Resultado do Banco Central	103.484,1	0,0	12.545,8	-	-87,88%
2. DESPESAS NO BACEN	55.000,0	6.000,0	18.000,0	200,00%	-67,27%
Resgate de Títulos	43.965,8	0,0	16.500,0	-	-62,47%
Encargos da DPMF	11.034,2	6.000,0	1.500,0	-75,00%	-86,41%
3. RESULTADO (1 - 2)	52.629,9	-537,6	37.593,0	-	-28,57%

<sup>1/</sup> Valores apurados pelo conceito de "Liberação", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio da emissão de OB's.

Tabela 7.2. Relacionamento Tesouro Nacional e Banco Central <sup>1/</sup> - Brasil - Acumulado no Ano R\$ Milhões



	2012	2013	Variação (%)
Discriminação	Jan-Mar	Jan-Mar	Jan-Mar/13 Jan-Mar/12
1. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	129.783,3	65.949,5	-49,18%
Emissão de Títulos	14.182,6	38.298,5	170,04%
Remuneração das Disponibilidades	11.111,9	13.593,2	22,33%
Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	1.004,7	1.512,0	50,50%
Resultado do Banco Central	103.484,1	12.545,8	-87,88%
2. DESPESAS NO BACEN	82.000,0	48.000,0	-41,46%
Resgate de Títulos	61.965,8	37.500,0	-39,48%
Encargos da DPMF	20.034,2	10.500,0	-47,59%
3. RESULTADO (1 - 2)	47.783,3	17.949,5	-62,44%

<sup>1/</sup> Valores apurados pelo conceito de "Liberação", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio da emissão de OB's.

Tabela 8.1. Dívida Líquida do Tesouro Nacional - Brasil - Mensal R\$ Milhões



	2012	20	13	Variação (%)		
Discriminação	Março	Fevereiro	Março	Mar/13	Mar/13	
				Fev/13	Mar/12	
1. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	862.173,6	843.638,4	841.848,6	-0,2%	-2,4%	
Dívida Interna	2.561.689,5	2.728.214,4	2.740.664,3	0,5%	7,0%	
DPMFi em Poder do Público <sup>1/</sup>	1.775.901,2	1.864.096,5	1.851.824,8	-0,7%	4,3%	
LFT	475.496,3	437.495,9	388.698,9	-11,2%	-18,3%	
LTN	491.030,2	525.353,7	546.701,4	4,1%	11,3%	
NTN-B	514.458,6	615.994,4	624.623,5	1,4%	21,4%	
NTN-C	61.848,2	64.966,6	65.592,0	1,0%	6,1%	
NTN-F	198.190,5	186.027,6	191.595,1	3,0%	-3,3%	
Dívida Securitizada	9.642,7	8.059,1	8.017,3	-0,5%	-16,9%	
Demais Títulos em Poder do Público	25.234,7	26.199,1	26.596,5	1,5%	5,4%	
DPMFi em Poder do Banco Central	807.570,3	895.380,5	920.104,0	2,8%	13,9%	
LFT	177.356,1	189.979,9	171.912,8	-9,5%	-3,1%	
LTN	202.302,8	266.707,2	302.386,1	13,4%	49,5%	
Demais Títulos na Carteira do BCB	427.911,3	438.693,4	445.805,1	1,6%	4,2%	
(-) Aplicações em Títulos Públicos	-30.650,7	-36.492,3	-36.165,8	-0,9%	18,0%	
Demais Obrigações Internas	8.868,8	5.229,7	4.901,4	-6,3%	-44,7%	
Haveres Internos	1.699.515,9	1.884.575,9	1.898.815,7	0,8%	11,7%	
Disponibilidades Internas	496.530,6	541.550,6	550.133,0	1,6%	10,8%	
Haveres junto aos Governos Regionais	483.994,7	509.450,6	510.632,5	0,2%	5,5%	
Bônus Renegociados	4.944,9	4.894,2	4.980,5	1,8%	0,79	
Haveres Originários do Proef (MP 2.196/01)	1.780,9	1.540,2	1.521,2	-1,2%	-14,6%	
Cessão de Créditos Bacen (MP 2.179/01)	11.879,8	12.438,0	12.421,8	-0,1%	4,69	
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 7.976/89)	0,0	0,0	0,0	-		
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 8.727/93)	25.561,1	20.462,9	19.916,9	-2,7%	-22,1%	
Renegociação de Dívidas Estaduais (Lei 9.496/97)	370.239,3	395.863,9	397.056,2	0,3%	7,29	
Renegociação de Dívidas Municipais (MP 2.185/01)	59.725,0	65.840,2	66.361,5	0,8%	11,19	
Antecipação de Royalties	7.574,1	6.443,2	6.429,4	-0,2%	-15,19	
Demais Haveres junto aos Governos Regionais	2.289,5	1.968,0	1.945,1	-1,2%	-15,0%	
Haveres da Administração Indireta	269.691,2	301.639,4	304.968,1	1,1%	13,1%	
Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)	159.905,6	170.342,8	171.970,1	1,0%	7,5%	
Fundos Constitucionais Regionais	68.477,8	76.557,1	77.232,9	0,9%	12,89	
Fundos Diversos	41.307,8	54.739,5	55.765,1	1,9%	35,09	
Haveres Administrados pela STN	449.299,4	531.935,3	533.082,0	0,2%	18,6%	
Haveres de Órgãos, Entidades e Empresas Extintas	5.726,4	5.764,8	5.769,3	0,1%	0,79	
Haveres de Operações Estruturadas	60.174,4	66.517,7	66.739,0	0,3%	10,99	
Haveres Originários de Privatizações	8.171,7	9.005,5	9.074,8	0,8%	11,19	
Haveres de Legislação Específica	347.408,9	425.533,3	426.278,4	0,2%	22,79	
Demais Haveres Administrados pela STN	27.818,0	25.114,0	25.220,6	0,4%	-9,3%	
2. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	79.636,0	87.065,1	88.267,3	1,4%	10,89	
Dívida Externa	80.032,6	87.487,0	88.703,1	1,4%	10,89	
Dívida Mobiliária	69.010,3	74.664,5	75.803,4	1,5%	9,8%	
Euro	4.202,2	2.165,4	2.182,0	0,8%	-48,19	
Global US\$	53.022,9	59.032,5	60.071,5	1,8%	13,39	
Global BRL	11.700,4	13.403,8	13.518,6	0,9%	15,5%	
Demais Títulos Externos	84,9	62,9	31,3	-50,3%	-63,29	
Dívida Contratual	11.022,2	12.822,5	12.899,8	-30,3% <b>0,6</b> %	17,0%	
Organismos Multilaterais	6.638,6	7.164,6	7.201,3	0,5%	8,59	
Credores Privados e Ag. Governamentais	4.383,6	5.657,9	5.698,4	0,7%	30,09	
Haveres Externos	396,6	421,9	435,8	3,3%	9,99	
Disp. de Fundos, Autarquias e Fundações	396,6	421,9	435,8	3,3%	9,9%	
B. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (1+2)	941.809,6	930.703,6	930.115,9	-0,1%	•	
4. DIVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (1+2)	22,3%	20,8%	20,7%	-0,170	-1,2%	

1/ Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

2/ PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.



### Boletim FPE / FPM / IPI Exportação Fundos de Participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios

Boletim - Ano XVIII - nº 3 - Internet: https://www.tesouro.fazenda.gov.br/

### MARÇO / 2013

### Comentários

Em Março de 2013 os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal apresentaram decréscimo de 42,4%, quando comparados aos repasses efetuados no mês anterior.

As transferências a título de FPE/FPM atingiram o montante de R\$ 7.358.523,3 (mil), ante R\$ 12.776.861,3 (mil) no mês anterior, já descontada a parcela do FUNDEB.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta na internet no portal da Secretaria do Tesouro Nacional – STN:

- https://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt/prefeituras-governos-estaduais/transferencias-constitucionais-e-legais/consulta-as-transferencias-realizadas
- https://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt/prefeituras-governos-estaduais/transferencias-constitucionais-e-legais/estatisticas

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, acesse: ->Governo (Estadual ou Municipal) -> Receitas -> Repasses de recursos -> Clique aqui para acessar o demonstrativo.

### Distribuição do FPM/FPE

### R\$ Mil

		2012		2013			Variação Nominal		
Origens	Fevereiro	Março	Até Março	Fevereiro	Março	Até Março	Mar/13 Fev/13	Mar/13 Mar/12	Até Mar/13 Mar/12
FPM	5.498.091,5	3.734.082,1	13.777.358,4	6.533.622,3	3.762.881,3	15.152.796,3	-42,4%	0,8%	10,0%
FPE	5.253.731,7	3.568.122,8	13.165.030,9	6.243.239,0	3.595.642,0	14.479.338,3	-42,4%	0,8%	10,0%
IPI-Exp	301.143,4	268.225,1	713.520,0	265.840,4	234.680,2	846.743,5	-11,7%	-12,5%	18,7%

Obs.: Valores já deduzidos da retenção para o FUNDEB (-20%);

### Previsto x Realizado

MÊS	FPE		FP	M *	IPI-EXP		
IVIES	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado	
MARÇO	- 37,0 %	-42,4%	- 37,0 %	-42,4%	+ 12,0 %	-11,7%	

<sup>\*</sup> No FPM a variação prevista e realizada não abrange a parcela anual prevista na EC 55/2007

### **Estimativa Trimestral**

FUNDOS	ABR/MAR	MAI/ABR	JUN/MAI
FPM / FPE / FNE / FNO / FCO	+19,0%	+34,0%	- 16,0%
IPI - EXP	+6,3%	+66,0%	- 6,0%

### Demonstração da Base de Cálculo

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Renda - IR no período de 21/02/2013 a 20/03/2013, conforme demonstrativo abaixo:

### R\$ Mil

Período de	Arrecadação Líquida			Data do		Transfe	rências	
Arrecadação	IPI	IR	IPI + IR	Crédito	FPE	FPM	IPI-EXP	TOTAL
FEV/3º DEC	1.850.535	9.440.649	11.291.184	MAR/1º DEC	1.942.084	2.032.413	148.043	4.122.540
MAR/1º DEC	520.783	1.219.118	1.739.901	MAR/2º DEC	299.263	313.182	41.663	654.108
MAR/2º DEC	562.184	7.311.626	7.873.810	MAR/3º DEC	1.354.295	1.417.286	44.975	2.816.556
TOTAL	2.933.503	17.971.393	20.904.895	TOTAL	3.595.642	3.762.881	234.680	7.593.203

### Observações:

- Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta Restituições Incentivos Fiscais;
- Na arrecadação do IR e do IPI estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e recebimentos de dívida ativa);
- Nas transferências regulares foram deduzidos 20% referentes à retenção para o FUNDEB.

### Distribuição dos Fundos

### R\$ Mil

Estados	UF	FPM	FPE	IPI-EXP
ACRE	AC	19.843,8	123.006,9	10,9
ALAGOAS	AL	89.393,6	149.582,3	368,1
AMAZONAS	AM	57.423,1	100.332,8	1.482,4
AMAPÁ	AP	14.564,1	122.683,3	496,0
BAHIA	BA	343.232,2	337.853,7	12.178,2
CEARÁ	CE	186.540,4	263.808,7	1.550,1
DISTRITO FEDERAL	DF	6.274,1	24.817,1	297,4
ESPÍRITO SANTO	ES	65.253,0	53.934,6	13.239,5
GOIÁS	GO	137.164,1	102.227,7	4.292,0
MARANHÃO	MA	156.300,3	259.540,6	2.338,8
MINAS GERAIS	MG	492.708,3	160.167,9	34.468,1
MATO GROSSO DO SUL	MS	57.217,9	47.894,0	3.423,9
MATO GROSSO	MT	69.394,8	82.983,8	2.906,6
PARÁ	PA	138.167,8	219.765,6	14.586,9
PARAÍBA	PB	121.426,6	172.191,7	274,2
PERNAMBUCO	PE	185.206,3	248.106,5	1.738,7
PIAUÍ	PI	99.576,2	155.382,1	45,1
PARANÁ	PR	253.615,0	103.669,5	17.873,8
RIO DE JANEIRO	RJ	113.226,7	54.930,6	44.538,8
RIO GRANDE DO NORTE	RN	94.658,7	150.222,3	214,4
RONDÔNIA	RO	33.050,1	101.238,9	418,5
RORAIMA	RR	18.451,9	89.197,1	12,4
RIO GRANDE DO SUL	RS	252.818,1	84.670,2	18.561,8
SANTA CATARINA	SC	146.405,1	46.017,0	12.157,6
SERGIPE	SE	56.033,5	149.409,7	111,1
SÃO PAULO	SP	501.566,7	35.956,4	46.936,0
TOCANTINS	TO	53.368,9	156.050,9	158,6
TOTAL		3.762.881,3	3.595.642,0	234.680,2

Observação: valores já deduzidos da retenção para o FUNDEB (-20%);

No Diário Oficial da União do dia 13 de dezembro de 2012, foi publicada a Portaria STN nº 734, de 12 de dezembro de 2012, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2013, disponível no endereço:

• https://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt/prefeituras-governos-estaduais/transferencias-constitucionais-e-legais/documentos-relacionados

Coordenação-Geral de Análise e Informações das Transferências Financeiras Intergovernamentais

Fone: (61) 3413-3051 Fax: (61) 3413-1519

Email: coint.df.stn@fazenda.gov.br ou transferencias.stn@fazenda.gov.br